

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 002/2024 DISPENSA N.º 001/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE- MT.

CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO:

Eu, **Taiz Gomes de Oliveira**, Assistente Administrativo, certifico que aos 26 (vinte e seis) dias de Janeiro de 2024, na sala do Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, autuei o presente Processo Administrativo.

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação Portaria de nomeação nº 005/2024



Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3252

Página 11

Publicação quarta-feira, 17 de janeiro de 2024

Divulgação terça-feira, 16 de janeiro de 2024

Art. 1º Nomear o Sr. MARGEAN PEREIRA DANTAS, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Gabinete Parlamentar, lotado no gabinete do vereador Ronair de Jesus Nunes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Barra do Garças - MT, 15 de janeiro de 2023.

GABRIEL PEREIRA LOPES (Zé Gota) Vereador - PSDB

Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos quinze dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e quatro, na Supervisão da Secretaria de Administração, o Excelentíssimo Senhor, GESSY ESPERIDIÃO MARIANO, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, dá posse ao Senhor LEANDRO DINIZ GOMES, brasileiro, casado, Portador da carteira de identidade nº 2213819-6 SSP/MT e CPF 045.836.071-64, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 233, cidade de Figueirópolis D'Oeste-MT, para o CARGO de Agente Administrativo, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e o constante no estatuto do servidor a Lei Complementar 009/2006 e o Plano de cargo e carreira da Lei Complementar nº 021/2014.

O nomeado comprovou neste ato, através da Inspeção Médica, estar apto física e mentalmente para o exercício do cargo, bem como, declara que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada da Administração direta ou em Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou ainda em Função Pública.

O Servidor apresenta neste ato declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Figueirópolis D'Oeste - MT, em 15 de Janeiro de 2024.

GESSY ESPERIDIÃO MARIANO Presidente da Câmara Municipal De acordo, **LEANDRO DINIZ GOMES**

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PORTARIA

PORTARIA 005-2024

"Nomeia o Agente de Contratação, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio da Câmara Municipal e de Ipiranga do Norte e da outras providências."

O Senhor Rogério do Carmo Gabriel, Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como Agente de Contratação, Pregoeiro Oficial e a equipe de apoio de Licitação da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte os seguintes membros:

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial: Taiz Gomes de Oliveira

Equipe de Apoio/Membro: Paula Cristina Balestrin

Equipe de Apoio/ Membro: Graciele Angélica Ferreira dos Santos.

Art. 2º - O Agente de Contratação, Pregoeiro Oficial e equipe de apoio deverão observar rigorosamente as exigências expressas na legislação em vigor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, 15 de janeiro de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

Documento de Formalização da Demanda – DFD Lei Federal 14.133/2021

Setor Requisitante: Financeiro						
Responsável pela Demanda:	Rosangela Gr	isa Grabovski,	matrícula: 062			
E-mail:rosangela.grisa@hotm	ail.com	Telefone: (66)	99604-7648			
Material de Consumo	Servi	ços e Fornecim	ento			
Obras e Instalações	Obras e Instalações Equipamentos e Material Permanente					
Outros						
Programa de Trabalho: 2001	Elemento de l 3.3.90.39	Despesa:	Fonte: 1.500.0000000			
Pedido:						
Contratação Direta: Disp	oensa 🔲 Inex	igibilidade				
Licitação: Pregão Concorrência Concurso Leilão Dialógo Competitivo						
Adesão: ARP Própria ARP Outro Órgão						
Prioridade de Contratação:	Baixa [Média	Alta			

1. Justificativa da necessidade da Contratação:

Levando em consideração que a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte-MT adquiriu novo veículo para a frota do Poder Legislativo Municipal, conforme Termo de Doação e Entrega nº 001/2023 e como consequência a apólice do seguro anterior teve ser cancelada.

Dessa forma, a contratação de seguro para o novo veículo oficial faz-se imprescindível, visto que, é medida que visa proteger o patrimônio público de eventuais prejuízos decorrente do uso do veículo, resguardando a Administração Pública de diversos riscos, evitando possíveis indenizações advindas de sinistros que possam ocorrer, buscando a proteção tanto material quanto pessoal dos usuários do veículo.

1. Objeto Sintético e Quantidade de serviço e/ou bens a serem contratados:

O objeto da presente demanda é a Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguro de veículos, a fim de atender a demanda da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, conforme segue quadro abaixo:

Item	Código TCE	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Estimado
1	261632-7	Contratação em Empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia básica, cobertura de DM (Danos Materiais), Danos Morais, cobertura DC (Danos Corporais), Morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas	UNID.	01	4.560,20	4.560,20



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

	para assegurar veículo Oficial da			
	Câmara Municipal de Ipiranga do			
	Norte-MT			
	Coberturas:			
	Básica:			
	Colisão/Incêndio/Roubo/Furto			
	100% FIPE			
	RCFV- Danos Materiais R\$			
	300.000,00			
	RCFV- Danos Corporais R\$			
	300.000,00			
	RCFV- Objetos Transportados pelo			
	Veículo Conf. Cond. Gerais Gratuito			
	RCFV- Danos Morais R\$			
	150.000,00			
	Acid Pes de Ocupantes-Morte			
	Acidental R\$ 50.000,00			
	Acid Pes de Ocupantes- Inval.			
	Permanente R\$ 50.000,00			
	Assistência 24 (vinte e quatro) horas			
	Cobertura de Casco			

- 2. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/fornecimento: Janeiro de 2024.
- 3. Vinculação ou dependência de contratação de outro item e sequência da ordem para contratação:

Não

- 4. Equipe Responsável/ Servidor responsável pelo Planejamento (ETP e TR):
 - Servidor (a): Paula Cristina Balestrin, matrícula 103
 - Servidor (a): Taiz Gomes de Oliveira, matrícula 113
- 5. Equipe Responsável/ Servidor responsável pela Gestão e Fiscalização do objeto:

Titular - Jeferson Reichert, matrícula 105 Suplente – Marcos Winicius Paludo, matrícula 87

Ipiranga do Norte, 25 de janeiro de 2024.

Rosangela Grisa Grabovski

Agente de finanças e controle











Relatório Resumido

Relatório gerado em: 25/01/2024 16:25:48 Quantidade total de registros: 8

Filtros aplicados

IdFato : 1979201 of 1979222 Unidade de Fornecimento : UNIDADE Exercício (Ano da Compra) : 2023, 2024

Descrição/Código do Material : (261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO

Valor Máximo Unit do Material R\$5884,85

Média Saneada Global R\$1899,19

Mediana Valor Unit do Material R\$4560,20

	Nome Fiscalizado	Modalidade de Compra	Código da Licitação	Código do Material	Nome do Material	Descrição	Quantidade do Material	Unidade de Fornecimento	Valor Unit do Material	CNPJ/CPF do Fornecedor	Nome do Fornecedor	Data da Homologação
1	CM DE BARRA DO BUGRES	Dispensa de licitação	0000000015/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 3.108,57	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	16/10/2023
2	CM DE TANGARA DA SERRA	Dispensa de licitação	0000000015/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	3	UNIDADE	R\$ 3.138,93	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	11/05/2023
3	PM DE SINOP	Pregão eletrônico (Bens e serviços comuns)	0000000005/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	2	UNIDADE	R\$ 3.366,41	90.180.605/0001-	GENTE SEGURADORA SA	06/03/2023
4	PM DE TANGARA DA SERRA	Dispensa de licitação	0000001029/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 3.975,39	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	28/02/2023
5	PM DE NOVA LACERDA	Pregão presencial (Bens e serviços comuns)	0000000042/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	2	UNIDADE	R\$ 5.145,00	33.065.699/0001- 27	SEGUROS SURA S.A.	03/08/2023
6	CM DE PORTO ALEGRE DO NORTE	Dispensa de licitação	0000000010/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.348,97	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	12/04/2023
7	PM DE NOVA LACERDA	Pregão presencial (Bens e serviços comuns)	0000000042/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.390,00	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	03/08/2023

											6 / 171	CM Ipgn	Taiz
8	TANGARA	Dispensa de licitação	0000001020/2023	261632-7	SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.884,85	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO	20/02/2023	i raiz

RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

vendas@curadoseguros.com

22 de janeiro de 2024 às 08:06

Para: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Bom dia,

Segue em anexo, cotação conforme solicitado.

Qualquer dúvida, ou solicitação estou à disposição.

Atenciosamente,



De: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br>

Enviada em: segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 07:46

Para: vendas@curadoseguros.com

Assunto: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

Olá bom dia.

Solicito a Curado Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: <u>22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Telefone Para Contato: (66) 3588-1623



ORÇAMENTO - SEGURO AUTO FROTA

Operação de Negócio: Convencional

Tipo de Emissão: Seguro Novo

Tarifa: Janeiro/2024

Início da Vigência: 10/01/2024

Data do Orçamento: 09/01/2024

Término da Vigência: 10/01/2025

Versão do cálculo: 1

Quantidade de Itens: 1

Última Liberação: 10/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Dados do corretor

Nome Código SUSEP

R.J.C. CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (66) 99959983 LI3D0J

Dados do cliente

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69 **Tipo Pessoa:** Jurídica

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

Descrição	Prêmio
CASCO	R\$ 3.107,51
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 314,93
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 126,37
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 87,35
DANOS MORAIS A TERCEIROS - 1º RISCO	R\$ 5,76
076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 155,95
26H - Carro Extra Porte Médio, Automático 15 Dias (R\$1890 limitado R\$126/dia)-Referenciada	R\$ 62,27
45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	R\$ 176,32
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM - RADIO AM-FM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 1

Prêmio do Seguro

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 4.036,46

IOF: 0,00% Prêmio à vista do seguro: R\$ 4.036,46

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Na hipótese de sinistro, o segurado arcará com os prejuízos, até o valor da franquia; e a seguradora, com aqueles que excederem a franquia. A franquia deverá ser paga pelo segurado diretamente à oficina que reparou o veículo.

Os valores deste orçamento são válidos até 08/02/2024

OPÇÕES DE PAGAMENTO

PAGAN	MENTO:	À Vista	- E	Boleto
-------	--------	---------	-----	--------

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46

PAGAMENTO: Camê a 30 d.d.

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46

PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50

PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Carnê

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	11 / 1/1 CM Ipgn Taiz
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50
	PAGAMENTO: Todas	s Débito C. Corrente	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50
	PAGAMENTO: Todas Cartão (de Crédito - Demais Bandeiras	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50
	PAGAMENTO: 1º Bo	oleto / Demais Camê	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	12 / 1/1 CM Ipgn Taiz		
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45		
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44		
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48		
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48		
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50		
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50		
PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito Porto Seguro					
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)		
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46		
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46		
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47		
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48		
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45		
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44		
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48		
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48		
8	0,0070	110 001,00	110 1.000, 10		

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

R\$ 448,50

R\$ 403,65

R\$ 4.036,50

R\$ 4.036,50

0,00%

0,00%

9

10

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60 - Código Susep (05886)



Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no. : 819298699

Dados do Cliente:

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69 Tipo de Pessoa: Jurídica

Atividade: ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EM GERAL

Data: 09/01/2024 Validade: 08/02/2024

Tarifa: Janeiro/2024 Última Liberação: 10/01/2024

Vigência: 10/01/2024 - 10/01/2025 Quantidade de Itens: 1

Operação de Negócio: Convencional Data da impressão: 10/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

ltem	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: MITSUBISHI - NOVA PAJERO SPORT HPE-S 2.4 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2023/2024 CÓDIGO FIPE: 221856 0Km: Não PLACA: SPG2C78 CHASSI: MMBGUKS10RH002903 COMBUSTÍVEL: Diesel	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: IPIRANGA DO NORTE - MT UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 12.788,40 DMT 1R - IS R\$ 300.000,00 DCT 1R - IS R\$ 300.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Cls. 26H Vidros 076 / IS: R\$ 25.000,00 / FRANQUIAS: Faróis XENON: R\$ 6.207,55 Lanternas: R\$ 1.002,89 Lanternas LED: R\$ 3.236,92 Retrovisores: R\$ 1.075,51 Parabrisa: R\$ 1.262,26 Vidro Traseiro: R\$ 1.262,26 Faróis: LED: R\$ 6.207,55 Laterais: R\$ 660,52 TOTAL	R\$ 3.107,51 R\$ 314,93 R\$ 126,37 R\$ 87,35 R\$ 5,76 R\$ 176,32 R\$ 62,27 R\$ 155,95

Índice de Cobertura:	
DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 2º RISCO

CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS

Carro Reserva:

26C

26E	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26A	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
260	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS

Proteção a Vidros:

78S	78S - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA
76R	76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA
78R	78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA
76	076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA

Assistência 24h:	
45V	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA
45Y	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA
045	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA
45X	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA
45E	45E COMPACTA: SIN 2000KM / PANE 100KM - REFERENCIADA
Índice de Cláusulas:	
CLS. 104	104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO
CLS. 115	115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT
CLS. 112	112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE
CLS. 20N	20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS
CLS. 997	997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA
CLS. 111	111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS
Acessórios:	
CARROC.	CARROCERIA
EQUIP.	EQUIPAMENTOS
SOM	SOM
KIT G	KIT - GÁS

Solicitação orçamento - Seguro veículo.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

22 de janeiro de 2024 às 08:25

Para: "Ivan Lucas" <comercial1@zagseguros.com.br>

Olá bom dia.

Solicito a ZAG Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: 22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:<u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> Telefone Para Contato: (66) 3588-1623

RES: RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

comercial1@zagseguros.com.br

24 de janeiro de 2024 às 08:52

Para: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Bom Dia,

Desculpa pelo atraso, estou lhe enviando as cotações.

Fizemos conforme as coberturas solicitadas, estou enviando uma cotação com a franquia normal como pediu, e também uma cotação com a franquia reduzida,

Para você analisar, pois a diferença no valor do seguro é bem pequena.

Qualquer dúvida pode me perguntar, fico no seu aguardo para efetivarmos o seguro.

Att.



De: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br>

Enviada em: quarta-feira, 24 de janeiro de 2024 07:12

Para: comercial1@zagseguros.com.br

Assunto: Re: RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

Olá bom dia, algum retorno sobre a cotação do seguro solicitado?

22 de janeiro de 2024 às 09:22, comercial1@zagseguros.com.br escreveu:

Solicito que o documento de licitação esteja assinado pelo responsável, pois para fazermos a cotação é exigido que esteja assinado.

Pode me enviar o arquivo assinado por gentileza.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br >
De:
segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 08:41
Enviada em:
comercial1@zagseguros.com.br
Para:
Solicitação de orçamento - Seguro veículo.
Assunto:
Trata-se de seguro de veículo novo, caso precise de maiores informações, estamos à disposição.
Já enviei no e-mail o CRVL do veículo a ser segurado.
At. Te.
SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT
E-mail:licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Telefone Para Contato: (66) 3588-1623



ORÇAMENTO - SEGURO AUTO FROTA

Operação de Negócio: Convencional

Tipo de Emissão: Seguro Novo

Tarifa: Janeiro/2024

Início da Vigência: 23/01/2024

Data do Orçamento: 22/01/2024

Versão do cálculo: 2

Quantidade de Itens: 1

Última Liberação: 23/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Dados do corretor

Nome Telefone Código SUSEP

COMPETENCE CORRETORA DE SEGUROS LTDA (51) 33124888 LIICBJ

Dados do cliente

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

Descrição	Prêmio
CASCO	R\$ 3.495,95
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 354,29
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 142,16
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 245,67
DANOS MORAIS A TERCEIROS - 1º RISCO	R\$ 32,39
045 - Assistencia 24h Basica - Rede Referenciada (200km)	R\$ 132,24
076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 175,45
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM - RADIO AM-FM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 1

Prêmio do Seguro

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 4.578,15

IOF: 0,00% Prêmio à vista do seguro: R\$ 4.578,15

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Na hipótese de sinistro, o segurado arcará com os prejuízos, até o valor da franquia; e a seguradora, com aqueles que excederem a franquia. A franquia deverá ser paga pelo segurado diretamente à oficina que reparou o veículo.

Os valores deste orçamento são válidos até 21/02/2024

OPÇÕES DE PAGAMENTO

PAGAN	JEN	LO-	Camê	а	30	dИ

Parcela	Juros Parcela (R\$)		Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.578,15	R\$ 4.578,15

PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.578,15	R\$ 4.578,15
2	0,00%	R\$ 2.289,08	R\$ 4.578,16
3	0,00%	R\$ 1.526,05	R\$ 4.578,15
4	0,00%	R\$ 1.144,54	R\$ 4.578,16
5	0,00%	R\$ 915,63	R\$ 4.578,15
6	0,00%	R\$ 763,02	R\$ 4.578,12
7	0,00%	R\$ 654,02	R\$ 4.578,14
8	0,00%	R\$ 572,27	R\$ 4.578,16
9	0,00%	R\$ 508,68	R\$ 4.578,12
10	0,00%	R\$ 457,82	R\$ 4.578,20

PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Carnê

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 2.289,08	R\$ 4.578,16
3	0,00%	R\$ 1.526,05	R\$ 4.578,15
4	0,00%	R\$ 1.144,54	R\$ 4.578,16
5	0,00%	R\$ 915,63	R\$ 4.578,15
6	0,00%	R\$ 763,02	R\$ 4.578,12
7	0,00%	R\$ 654,02	R\$ 4.578,14

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	22 / 1/1 CM Ipgn Taiz
8	0,00%	R\$ 572,27	R\$ 4.578,16
9	0,00%	R\$ 508,68	R\$ 4.578,12
10	0,00%	R\$ 457,82	R\$ 4.578,20

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60 - Código Susep (05886)



Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no. : 825569403

Dados do Cliente:

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69 Tipo de Pessoa: Jurídica

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Data: 22/01/2024 Validade: 21/02/2024

Tarifa: Janeiro/2024 Última Liberação: 23/01/2024

Vigência: 23/01/2024 - 23/01/2025 Quantidade de Itens: 1

Operação de Negócio: Convencional Data da impressão: 24/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: MITSUBISHI - NOVA PAJERO SPORT HPE-S 2.4 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2023/2024 CÓDIGO FIPE: 221856 0Km: Não PLACA: SPG2C78 CHASSI: MMBGUKS10RH002903 QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 7 COMBUSTÍVEL: Diesel	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: IPIRANGA DO NORTE - MT UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 12.788,40 DMT 1R - IS R\$ 300.000,00 DCT 1R - IS R\$ 300.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 50.000,00 DMO 1R - IS R\$ 100.000,00 CIs. 045 Vidros 076 / IS: R\$ 25.000,00 / FRANQUIAS: Laterais: R\$ 660,52 Faróis: R\$ 1.002,89 Faróis LED: R\$ 6.207,55 Parabrisa: R\$ 1.262,26 Vidro Traseiro: R\$ 1.262,26 Lanternas LED: R\$ 3.236,92 Retrovisores: R\$ 1.075,51 Faróis XENON: R\$ 6.207,55 Lanternas: R\$ 1.002,89 TOTAL	R\$ 3.495,95 R\$ 354,29 R\$ 142,16 R\$ 245,67 R\$ 32,39 R\$ 132,24 R\$ 175,45

Índice de Cobertura:	
DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 2º RISCO

CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS

CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS

Carro Reserva:

26C

26E

	•
26A	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
260	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS

Proteção a Vidros:

785	785 - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA
76R	76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA
78R	78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA
76	076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA

Assistência 24h:	
45V	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA
45Y	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA
045	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA
45X	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA
45E	COMPACTA: SIN 2000KM / PANE 100KM - REFERENCIADA
Índice de Cláusulas:	
CLS. 104	104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO
CLS. 115	115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT
CLS. 112	112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE
CLS. 20N	20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS
CLS. 997	997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA
CLS. 111	111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS
Acessórios:	
CARROC.	CARROCERIA
EQUIP.	EQUIPAMENTOS
SOM	SOM
KIT G	KIT - GÁS

Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

22 de janeiro de 2024 às 09:47

Para: "Gustavo Santos - Lavie Seguros" <apoio.segurado@lavieseguros.com.br>

Olá bom dia.

Solicito a Lavie Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estar inclusas nos valores do orçamento.

Trata-se de seguro novo, pois adquirimos o veículo no final de 2023.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: 22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> Telefone Para Contato: (66) 3588-1623

RES: RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

"Gustavo - Lavie seguros" <apoio.segurado@lavieseguros.com.br> Para: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

26 de janeiro de 2024 às 09:44

Bom Dia!

Segue orçamentos em anexo.

Qualquer dúvida, fico à disposição.

Gustavo Santos I Administrativo

(065) 3023 3900 / 99675 3037

De: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br>

Enviada em: quinta-feira, 25 de janeiro de 2024 08:02

Para: Gustavo - Lavie seguros <apoio.segurado@lavieseguros.com.br>

Assunto: Re: RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

Bom dia. Alguma resposta da cotação do seguro?

22 de janeiro de 2024 às 15:24, "Gustavo - Lavie seguros" < apoio.segurado@lavieseguros.com.br > escreveu:

Boa Tarde!

Qual a modalidade de contratação?

- Estimativa para abrir processo de licitação
- Compra direta

Obrigado e fico no aguardo.

Gustavo Santos I Administrativo

(065) 3023 3900 / 99675 3037

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br >
De:
segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 09:47
Enviada em:
Gustavo Santos - Lavie Seguros apoio.segurado@lavieseguros.com.br
Para:
Solicitação de orçamento - Seguro veículo.
Assunto:
Olá bom dia.
Solicito a Lavie Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.
Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estar inclusas nos valores do orçamento.
Trata-se de seguro novo, pois adquirimos o veículo no final de 2023.
O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.
Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.
Prazo final para entrega do orçamento: <u>22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>
Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Telefone Para Contato: (66) 3588-1623



Orçamento: 826617371

ORÇAMENTO - SEGURO AUTO FROTA

Operação de Negócio: Convencional

Tipo de Emissão: Seguro Novo **Tarifa:** Janeiro/2024

Início da Vigência: 24/01/2024 Data do Orçamento: 23/01/2024

Término da Vigência: 24/01/2025 Versão do cálculo: 1

Quantidade de Itens: 1 Última Liberação: 24/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Dados do corretor

Nome Código SUSEP

LAVIE CORRETORA DE SEGUROS LTDA (65) 30233900 LI2SXJ

Dados do cliente

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

Descrição	Prêmio
CASCO	R\$ 3.290,30
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 333,44
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 133,81
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 231,22
DANOS MORAIS A TERCEIROS - 1º RISCO	R\$ 30,48
076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 165,13
26B - Carro Extra Básico 30 Dias (R\$ 2.700, Limitado à R\$ 90/dia) - Referenciada	R\$ 79,92
45V - Assistencia 24h Completa - Rede Referenciada (2.000km)	R\$ 186,69
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM - RADIO AM-FM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 1

Prêmio do Seguro

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 4.450,99

IOF: 0,00% Prêmio à vista do seguro: R\$ 4.450,99

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Na hipótese de sinistro, o segurado arcará com os prejuízos, até o valor da franquia; e a seguradora, com aqueles que excederem a franquia. A franquia deverá ser paga pelo segurado diretamente à oficina que reparou o veículo.

Os valores deste orçamento são válidos até 22/02/2024

OPÇÕES DE PAGAMENTO

PAGAN	MENTO:	Camê	a 30	dИ

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.450,99	R\$ 4.450,99

PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.450,99	R\$ 4.450,99
2	0,00%	R\$ 2.225,50	R\$ 4.451,00
3	0,00%	R\$ 1.483,66	R\$ 4.450,98
4	0,00%	R\$ 1.112,75	R\$ 4.451,00
5	0,00%	R\$ 890,20	R\$ 4.451,00
6	0,00%	R\$ 741,83	R\$ 4.450,98
7	0,00%	R\$ 635,86	R\$ 4.451,02
8	0,00%	R\$ 556,37	R\$ 4.450,96
9	0,00%	R\$ 494,55	R\$ 4.450,95
10	0,00%	R\$ 445,10	R\$ 4.451,00

PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Carnê

	_			
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)	
2	0,00%	R\$ 2.225,50	R\$ 4.451,00	
3	0,00%	R\$ 1.483,66	R\$ 4.450,98	
4	0,00%	R\$ 1.112,75	R\$ 4.451,00	
5	0,00%	R\$ 890,20	R\$ 4.451,00	
6	0,00%	R\$ 741,83	R\$ 4.450,98	
7	0,00%	R\$ 635,86	R\$ 4.451,02	

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	33 / 171 CM Ipgn Taiz
8	0,00%	R\$ 556,37	R\$ 4.450,96
9	0,00%	R\$ 494,55	R\$ 4.450,95
10	0,00%	R\$ 445,10	R\$ 4.451,00

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60 - Código Susep (05886)



Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no. : 826617371

Dados do Cliente:

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69 Tipo de Pessoa: Jurídica

Atividade: ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EM GERAL

Data: 23/01/2024 Validade: 22/02/2024

Tarifa: Janeiro/2024 Última Liberação: 24/01/2024

Vigência: 24/01/2024 - 24/01/2025 Quantidade de Itens: 1

Operação de Negócio: Convencional Data da impressão: 24/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: MITSUBISHI - NOVA PAJERO SPORT HPE-S 2.4 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2023/2024 CÓDIGO FIPE: 221856 0Km: Não PLACA: SPG2C78 CHASSI: MMBGUKS10RH002903 QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 7 COMBUSTÍVEL: Diesel	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: IPIRANGA DO NORTE - MT UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 12.788,40 DMT 1R - IS R\$ 300.000,00 DCT 1R - IS R\$ 300.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 50.000,00 DMO 1R - IS R\$ 100.000,00 CIs. 45V CIs. 26B Vidros 076 / IS: R\$ 25.000,00 / FRANQUIAS: Laterais: R\$ 660,52 Lanternas LED: R\$ 3.236,92 Retrovisores: R\$ 1.075,51 Faróis XENON: R\$ 6.207,55 Lanternas: R\$ 1.002,89 Faróis: R\$ 1.002,89 Faróis LED: R\$ 6.207,55 Parabrisa: R\$ 1.262,26 Vidro Traseiro: R\$ 1.262,26 TOTAL	R\$ 3.290,30 R\$ 333,44 R\$ 133,81 R\$ 231,22 R\$ 30,48 R\$ 186,69 R\$ 79,92 R\$ 165,13

Índice de Cobertura:	
DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 2º RISCO

CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS

CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS

Carro Reserva:

26C

26E

	,
26A	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
260	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS

Proteção a Vidros:

785	785 - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA
76R	76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA
78R	78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA
76	076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA

Assistência 24h: 45V COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA 45V COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - HV/PE 5000KM	
AFY COMPLETA, ON COCCIAN / DANE COCCIAN LIVE FOOD HA	
45Y COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA	
045 BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA	
45X BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA	
45E COMPACTA: SIN 2000KM / PANE 100KM - REFERENCIADA	
Índice de Cláusulas:	
CLS. 104 104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO	
CLS. 115 115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT	
CLS. 112 112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE	
CLS. 20N 20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	
CLS. 997 997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA	
CLS. 111 11 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS	
Acessórios:	
CARROC. CARROCERIA	
EQUIP. EQUIPAMENTOS	
SOM SOM	
KIT G KIT - GÁS	



Seção de Compras e Licitações

Cotação Nº 49429/1

COTAÇÃO DE COMPRA DIRETA

Apresentamos à V.Sas., a **Cotação de Compra Direta** da **GENTE SEGURADORA S/A** para contratação de seguro de automóveis frota.

SEGURADORA	GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ	90.180.605/0001-02
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	Rua Marechal Floriano Peixota, 450 – Centro – Cep: 90.020-060 – Porto Alegre / Rs
VIGÊNCIA DO SEGURO	12 (DOZE) MESES
VALIDADE DA PROPOSTA	60 (SESSENTA) DIAS, CONTRATADOS DA DATA DE APRESENTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÕES/ MODELOS	QUANT.	VALOR FRANQUIA R\$	VALOR TOTAL R\$
01	MITSUBISHI PAJERO SPORT HPE S ANO/MODELO: 2023/2024 CHASSI: MMBGUKS10RH002903 PLACA: SPG-2C78 USO: VEÍCULO OFICIAL	01	20.000,00	8.056,20

VALOR TOTAL R\$ 8.056,20

Coberturas:

IMPORTÂNCIA SEGURADA: 100% DA FIPE Danos materiais a terceiros: R\$ 300.000,00 Danos corporais a terceiros: R\$ 300.000,00

Danos Morais: R\$ 100.000,00

Acidentes pessoais passageiro por invalidez R\$ 50.000,00 Acidentes por morte do passageiro: R\$ 50.000,00 DMH – Despesas médicas hospitalares: R\$ 50.000,00

Assistência 24 horas: Ilimitado Guincho

Vidros: Completos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis)

Carro reserva: Básico 1.0 por até 30 dias com AR



	PASSEIO / UTILITÁRIOS / PICK-UPS / MOTOS LEVES R\$	VANS / PICK- UPS PESADA R\$	CAMINHÕES / ÔNIBUS / MICROÔNIBUS R\$	Máquinas R\$
Vidros Dianteiro / Traseiro	400,00	550,00	1.000,00	1.500,00
Vidros Laterais	350,00	500,00	800,00	1.000,00
Lanternas convencional	350,00	500,00	800,00	1.000,00
Lanternas XENON / LED	850,00	1.100,00	1.400,00	1.600,00
Faróis convencional	350,00	500,00	800,00	1.000,00
Faróis XENON / LED	850,00	1.100,00	1.400,00	1.600,00
Retrovisores	350,00	500,00	800,00	1.000,00

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2024.

Edvagner Max Represetante Gustavo Santos Represetante 90.180.605/0001.02

GENTE SEGURADORA SIA

GE



Representante em Mato Grosso:

Edvagner Max I Corretor de Seguros

Gustavo Santos I Administrativo

edvagner@lavieseguros.com.br

apoio.segurado@lavieseguros.com.br

(065) 3023 3900 / 99976 0464

(065) 3023 3900 / 99675 3037

Qualquer dúvida ou alteração: licitacao@lavieseguros.com.br





Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Para: vendas@segurosarinos.com.br

24 de janeiro de 2024 às 08:15

Olá bom dia.

Solicito a empresa Arinos Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos dos arquivos anexos, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estar inclusas nos valores do orçamento.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Informações solicitadas:

Endereço de pernoite do veículo com garagem: **Avenida Vitória**, **nº 972**, **Centro**, **Ipiranga do Norte-MT**, **CEP nº 78578-000**

O veículo possui teto solar.

Não terá condutor entre 18 a 25 anos.

Principal condutor: Rogerio do Carmo Gabriel

Estado Civil: casado

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:<u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>

Telefone Para Contato: (66) 3588-1623

Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

22 de janeiro de 2024 às 08:01

Para: "Vendas" < vendas@dsoseguros.com.br>

Olá bom dia.

Solicito a DSO Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: 22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:<u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> Telefone Para Contato: (66) 3588-1623

Fwd: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

24 de janeiro de 2024 às 08:22

Para: vendas1@precisacorretora.com.br

Olá bom dia.

Solicito a Precisa Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

Trata-se de seguro novo, pois adquirimos o veículo no final de 2023.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:<u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>

Telefone Para Contato: (66) 3588-1623

----- Mensagem Encaminhada -----

De:

licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Para:

vendas1@precisacorretora.com.br

Recebida: 22 de janeiro de 2024 às 09:03

Assunto: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

Olá bom dia.

Solicito a ZAG Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

Trata-se de seguro novo, pois adquirimos o veículo no final de 2023.

O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: 22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>
Telefone Para Contato: (66) 3588-1623



Relatório Resumido

Relatório gerado em: 25/01/2024 16:25:48 Quantidade total de registros: 8

Filtros aplicados

IdFato : 1979201 of 1979222 Unidade de Fornecimento : UNIDADE Exercício (Ano da Compra) : 2023, 2024

Descrição/Código do Material : (261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO

Valor Máximo Unit do Material R\$5884,85

Média Saneada Global R\$1899,19

Mediana Valor Unit do Material R\$4560,20

	Nome Fiscalizado	Modalidade de Compra	Código da Licitação	Código do Material	Nome do Material	Descrição	Quantidade do Material	Unidade de Fornecimento	Valor Unit do Material	CNPJ/CPF do Fornecedor	Nome do Fornecedor	Data da Homologação
1	CM DE BARRA DO BUGRES	Dispensa de licitação	0000000015/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 3.108,57	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	16/10/2023
2	CM DE TANGARA DA SERRA	Dispensa de licitação	0000000015/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	3	UNIDADE	R\$ 3.138,93	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	11/05/2023
3	PM DE SINOP	Pregão eletrônico (Bens e serviços comuns)	0000000005/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	2	UNIDADE	R\$ 3.366,41	90.180.605/0001-	GENTE SEGURADORA SA	06/03/2023
4	PM DE TANGARA DA SERRA	Dispensa de licitação	0000001029/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 3.975,39	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	28/02/2023
5	PM DE NOVA LACERDA	Pregão presencial (Bens e serviços comuns)	0000000042/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	2	UNIDADE	R\$ 5.145,00	33.065.699/0001- 27	SEGUROS SURA S.A.	03/08/2023
б	CM DE PORTO ALEGRE DO NORTE	Dispensa de licitação	0000000010/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.348,97	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	12/04/2023
7	PM DE NOVA LACERDA	Pregão presencial (Bens e serviços comuns)	0000000042/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.390,00	61.198.164/0001-	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	03/08/2023

									46 / 171	CM Inar	Taiz
PM DE B TANGARA DA SERRA	Dispensa de licitação	0000001020/2023	261632-7	SERVICO DE SEGURO	(261632-7) SERVICO DE SEGURO - TOTAL PARA VEICULO UTILITARIO	1	UNIDADE	R\$ 5.884,85	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	20/02/2023	i iuiz

Tab	ela Comparativa d	e Preços - Formaçã	ão de Preço de Me	ercado		
TCE/MT RADAR	ORÇAMENTO -	ORÇAMENTO -	ORÇAMENTO -	ORÇAMENTO	MÉDIA	MEDIANA
	SEGURO AUTO	SEGURO AUTO	SEGURO AUTO	GENTE		
	FROTA - Porto	FROTA - Porto	FROTA - Porto	SEGURADORA -		
	Seguro Cia de	Seguro Cia de	Seguro Cia de	CNPJ:		
	Seguros Gerais -	Seguros Gerais -	Seguros Gerais -	90.180.605/0001-		
	CNPJ	CNPJ	CNPJ	02.		
	61.198.164/0001-	61.198.164/0001-	61.198.164/0001-			
	60 - R.J.C.	60 - LAVIE	60 -			
	CORRETORA	CORRETORA DE	COMPETENCE			
	DE SEGUROS	SEGUROS LTDA.	CORRETORA			
	LTDA - ME.		DE SEGUROS			
			LTDA.			

(Código TCE - 261632-7)												
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA												
ESPECIALIZADA NA												
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS												
CONTÍNUOS NO RAMO DE												
SEGURO DE VEÍCULOS, COM												
FRANQUIA REDUZIDA,												
COBERTURA DE DM (DANOS												
MATERIAIS), DANOS MORAIS,												
COBERTURA DE DC (DANOS												
CORPORAIS), MORTE												
ACIDENTAL, INVALIDEZ												
PERMANENTE, ASSISTÊNCIA												
24 HORAS (BÁSICA), E												
COBERTURA DE ROUBO,												
FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO,												
VIDROS, FARÓIS E												
LANTERNAS PARA												
ASSEGURAR VEÍCULO												
OFICIAL DA CÂMARA												
MUNICIPAL DE IPIRANGA DO												
NORTE- MT.												
Coberturas: Casco - colisão,												
incêndio, Roubo e furto - 100%												
Fipe; Danos Materiais - R\$												
300.000,00; Danos Corporais -												
R\$ 300.000,00; Danos Morais												
R\$ 150.000,00; Acid. Pes. de												
Ocupantes - Morte Acidental -												
R\$ 50.000,00; Acid. Pes.							-					
Ocupantes - Invalidez	R\$	4.560,20	R\$	4.036,46	R\$	4.450,99	R\$ 4.578,15	R\$ 8.056,20	R\$	5.136,40	R\$	4.560,20

Temos que o preço máximo aceitável para a contratação do serviço é o que segue:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE- MT. Coberturas: Casco - colisão, incêndio, Roubo e furto - 100% Fipe; Danos Materiais - R\$ 300.000,00; Danos Corporais -R\$ 300.000,00; Danos Morais R\$ 150.000,00; Acid. Pes. de Ocupantes - Morte Acidental -R\$ 50.000,00; Acid. Pes.

Ipiranga do Norte-MT, 26 de Janeiro de 2024.

Ocupantes - Invalidez
Permanente - R\$ 50.000,00;

R\$

4.560,20

Taiz Gomes de Oliveira Agente de Contratação Portaria de Nomeação nº 005/2024



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

1. DA IDENTIFICAÇÃO, DO RESPONSÁVEL E DO OBJETO

1.1. O presente Processo, é de responsabilidade da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, inscrita sob o CNPJ n° 07.221.699/0001-69, neste ato representada pela subscritora mencionada, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente dispensa de licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.
- 2.2. Justifica-se a presente contratação levando em consideração a necessidade de nova contratação de seguro de veículo, vez que, a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT adquiriu novo veículo para a frota do Poder Legislativo Municipal, conforme Termo de Doação e Entrega nº 001/2023.
- 2.3. A contratação do seguro faz-se imprescindível visto que é medida que visa proteger o patrimônio público de eventuais prejuízos decorrente do uso do veículo, resguardando a Administração Pública de diversos riscos, evitando possíveis indenizações advindas de sinistros que possam ocorrer, buscando a proteção tanto material quanto pessoal dos usuários do veículo.
- 2.4. A dispensa de licitação para a mencionada contratação é fundamentada nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. A urgência e a necessidade iminente de contratar seguro para o veículo oficial justificam essa escolha, assegurando proteção aos usuários do veículo e, ao mesmo tempo, atendendo aos princípios da legalidade e economicidade estabelecidos na legislação vigente.



3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O veículo que compõem a frota da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte tem as seguintes especificações: Pajero Sport HPE S Misto Utilitário –5.86 2 eixos Aut. 7p Placa: SPG2C78/MT – Diesel, Chassi: MMBGUKS10RH002903, ano 2023/2024:

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO/ESPE CIFICAÇÃO DO OBJETO	ANO	QTDE	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE-MT.	2024	01	R\$ 4.560,20	R\$ 4.560,20



Coberturas: Casco -			
colisão, incêndio,	*		
Roubo e furto - 100%			
Fipe; Danos Materiais			
- R\$ 300.000,00;			
Danos Corporais - R\$			
300.000,00; Danos			
Morais R\$			
150.000,00; Acid. Pes.			
de Ocupantes - Morte			
Acidental - R\$			
50.000,00; Acid. Pes.			
Ocupantes - Invalidez			
Permanente - R\$			
50.000,00; Vidros,			
assistência 24 horas			
(básica) e Cobertura de			
6.			
1.50			
(5)			
(básica) e Cobertura de guincho, carro reserva, troca de pneu, carga de bateria, taxi, hotel lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, Parabrisa dianteiro, Parabrisa traseiro, vidros, pane seca.			

4. DA ESTIMATIVA DO VALOR, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODALIDADE LICITATÓRIA

- 4.1. Tendo como base pesquisa de preços realizada em empresas do ramo, através das informações fornecidas por orçamentos e Sistema Radar, se estima a despesa em R\$ 4.560,20 (quatro mil quinhentos e sessenta reais e vinte centavos).
- 4.2. O Fornecedor será selecionado com fulcro no valor referido no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 11.871/2023, por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, CONDIÇÕES E FORMA DO PAGAMENTO

5.1. A apólice referente ao veículo apresentado neste Projeto Básico/Termo de Referência terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da data da sua emissão, salvo a possibilidade de renovação do





seguro. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

- 5.2. A emissão e o envio da apólice ou do endosso será efetivada em até 15 dias corridos, contados da data de aceitação da proposta e deverá ser disponibilizada a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, por meios dos endereços eletrônicos: <u>fiscaldecontratocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> e financeirocm@ipirangadonorte.mt.leg.br.
- 5.3. O objeto desse Termo de Referência será dado como recebido, de acordo com o Inciso I, do Artigo nº 140 da Lei Ordinária Federal n.º 14.133/2021. E, se confirmada à conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal de Serviço será atestada pelo Fiscal de Contrato, ora designado pela Contratante.
- 5.4. A contratante rejeitará a entrega dos serviços que estejam em desacordo com o disposto neste termo. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os serviços estão em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da Contratante notificarão a Empresa prestadora, para que ela providencie a correção necessária, no prazo de recebimento do objeto.
- 5.5. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos serviços realizados nas Legislações de Regência aplicáveis ao tipo do serviço.

5.4. Prazo e Local de Entrega:

- 5.4.1. O prazo para início da prestação de serviços se iniciará após a emissão da apólice;
- 5.4.2. O local para realização dos serviços será na **Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT**, com endereço na Avenida Vitória, n.º 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT.
- 5.5. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) após a emissão da apólice, através de depósito bancário em Conta Corrente da CONTRATADA, preferencialmente em Bancos oficiais, ou boleto bancário, se for o caso.
- 5.6. No valor acordado, estão presentes todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive: tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxas de licenciamento, administração, frete, seguro ou outros necessários ao cumprimento integral do objeto adquirido.

6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



- 6.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA HABILITAÇÃO.

7.1. Habilitação Jurídica

- 7.1.1. Pessoa física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.1.2. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.3. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 7.1.4. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI: Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 7.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.1.6. Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do Ato Constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.8. Sociedade Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. n.º 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

- 7.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





- 7.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 7.2.9. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.10. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. O CONTRATADO (A) deverá disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura de remoção de veículos e passageiros, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção que se faça necessária em todo território Nacional.
- 8.2. A seguradora devera cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até oficinas credenciadas para prestarem os serviços, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:
- 8.2.1. Colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- 8.2.2. Queda acidental em precipícios ou de pontes.
- 8.2.3. Raio e suas consequências, incêndios ou explosão acidentais;
- 8.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado.
- 8.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e / ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 8.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações;
- 8.2.7. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;





- 8.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 8.2.9. Atos danosos praticados por terceiros;
- 8.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos:
- 8.2.11. Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane;
- 8.2.12. Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;
- 8.2.13. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a CONTRATANTE;
- 8.2.14. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela CONTRATANTE, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma hora), contada a partir do recebimento da comunicação pelo CONTRATADO (A), indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução;
- 8.2.15. Autorizar a realização dos reparos necessários, em relação ao veículo segurado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da comunicação da CONTRATANTE;
- 8.2.16. Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da entrega, de toda documentação exigida por esta no Contrato;
- 8.2.17. Fornecer, em relação ao veículo, manual ou documento equivalente contendo as informações relativas à regulamentação do seguro contratado;
- 8.2.18. Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;
- 8.2.19. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 8.2.20. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes a prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 8.2.21. O (A) CONTRATADO (A) deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo;
- 8.2.22. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



- 8.2.23. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.2.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurando e seus ocupantes, em situações de emergência e serão:
- 8.2.24.1. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- 8.2.24.2. Reboque do veículo ilimitado;
- 8.2.24.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 8.2.24.4. Serviços de chaveiro.
- 8.2.24.5. Envio de combustível.
- 8.2.24.6. Remoção para hospital ou domicilio do segurado por lesão.
- 8.2.24.7. Serviço de despachante.
- 8.3. O (A) CONTRATADO (A) é responsável por fornecer o boleto de pagamento para pagamento da franquia caso seja acionada o seguro. Quando não o fizer deverá encaminhar o boleto de pagamento ou Nota fiscal eletrônica da empresa prestadora do serviço.
- 8.4. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço.
- 8.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Entre as obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras que sejam elementares do tipo, estão:
- 9.1.1 Efetuar o pagamento do Serviço solicitado de acordo com o presente termo;
- 9.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 9.1.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 9.1.4. Documentar as ocorrências que comprometam a qualidade dos Serviços Prestados;
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado que esteja fora das especificações apresentadas nesse Termo de Referência e proposta apresentada;
- 9.1.7. Emitir pareceres sobre os atos relativos à qualidade dos serviços, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 9.1.8. Efetuar o aceite, considerando o valor resultante do bem, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência;





- 9.1.9. Aplicar à Contratada, penalidades, quando for o caso;
- 9.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado;
- 9.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10. DOS PRAZOS

- 10.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação;
- 10.2. O CONTRATADO deverá realizar a prestação de serviços dentro da vigência contratual e cumprimento do cronograma fixado pela CONTRATANTE.
- 10.3. Ao CONTRATADO será facultado pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer interrupção do fornecimento, determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
- a) falta de produtos em esfera nacional para o andamento dos trabalhos;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar tais entregas no interesse da Administração.
- 10.4. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.
- 10.5. As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Dispensa de Licitação, correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:
- Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 33.90.3969 Seguros em geral, cujo saldo atual para uso, será auferido em momento oportuno.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto será supervisionada, fiscalizada e atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT por meio da Portaria nº 009/2024, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do presente Projeto celebrado; anotando, inclusive, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.



- 12.2. A ausência de comunicação por parte da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, referente à irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste termo. Sendo que, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para as providências cabíveis.
- 12.3. A fiscalização pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução da entrega do bem adquirido.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a)der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)der causa à inexecução total do contrato;
- d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II)Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III)Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- IV)Multa Compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



7



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- 13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)as peculiaridades do caso concreto;
- c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. O presente Termo foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Ordinária Federal n.º 14.133/2021, assim como em suas respectivas alterações.

Ipiranga do Norte/MT, 26 de Janeiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira
Agente de Contratação
Portaria de Nomeação nº 005/2024



Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3252

Página 13

Divulgação terça-feira, 16 de janeiro de 2024

Publicação quarta-feira, 17 de janeiro de 2024

que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 48, de 12 de março de 2020.

CONSIDERANDO que o art.41 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a estabilidade de servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público é adquirida após três anos de efetivo exercício, após avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para este fim específico;

CONSIDERANDO, por fim, a obrigatoriedade de realizar avaliação de desempenho dos servidores nomeados em decorrência da homologação do Concurso Público de Provas e Títulos, como condição para aquisição da estabilidade,

Art. 1º - Nomear a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT para o corrente exercício, com os seguintes membros:

I - Presidente - Graciele Angelica Ferreira dos Santos

II - 1º Membro - Marcos Winícius Paludo.

III - 2º Membro - Rosangela Grisa Grabovski

IV – Suplente – Jeferson Reichert

Parágrafo único. Em caso de impedimento de membro titular, este será substituído pelo respectivo suplente

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 15 (quinze) dias para a Comissão de que trata o Artigo 1º desta Portaria, efetuar a avaliação e emitir resultados que serão registrados em instrumento específico, anexos IV e V da Lei Complementar Municipal nº 48, de 12 de março de 2020, os quais expressam o nível de desempenho obtido pelo servidor durante o estágio e opinando a favor ou contra a permanência do Servidor neste Órgão

Art. 3º - Nos processos de avaliação de desempenho de cada servidor em estágio probatório deverá constar cópia da Portaria de nomeação da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório indicada pelo Presidente da Câmara Municipal em que o servidor em estágio probatório se encontra lotado.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Cámara municipal de Ipiranga do Norte - MT, 15 de janeiro de 2024.

Rogério do Carmo Gabriel

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA 009-2024

"Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço, bem como realizar a gestão contratual."

O Senhor Rogério do Carmo Gabriel, Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições

Considerando o disposto no art. 117, da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, e a celebração dos Contratos e Atas de Registro de Preço para ano de 2024:

Considerando o artigo 61 e seguintes da Resolução nº 02, de 6 de março de 2023, do Poder Legislativo de Ipiranga do Norte/MT.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Jeferson Reichert, para acompanhar e fiscalizar a execução de objeto contratual, bem como realizar a gestão contratual nos processos em que a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT figure como Contratante, e que será substituído em suas ausências e em seus impedimentos pelo servidor Marcos Winícius Paludo.

Parágrafo único. A função de gestor e fiscal de contrato, de forma cumulada prevista neste artigo, se fundamenta excepcionalmente no art. 62, da Resolução nº 02, de 6 de março de 2022 do Poder Legislativo, e no artigo 40, §3º, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, levando em consideração a estrutura reduzida do órgão, o limitado número de servidores disponíveis para o desempenho de função, além do número relativamente baixo de contratações a serem realizadas durante o exercício.

Art. 2º Fica determinado que o fiscal e gestor ora designado, ou na ausência deste, o substituto, deverá observar as determinações e obrigações previstas nos artigos 61, 62, 63 e 64 da Resolução nº 02, de 6 de março de 2023, do Poder Legislativo de Ipiranga do Norte, além daquelas previstas na Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação correlata.

Art. 3º Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, 15 de janeiro de 2024

Rogério do Carmo Gabriel Presidente



MINUTA CONTRATO N° 0XX/2024 - CMIN

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0XX/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00X/2024

> CONTRATO N° 0XX/2024 **CELEBRADO ENTRE** CÂMARA **MUNICIPAL** IPIRANGA DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, TENDO COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTACÃO** NA SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA **HORAS** (BÁSICA), 24 COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO **NORTE-MT.**

A Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.221.699/0001-69, sediada em Ipiranga do Norte - MT, à Avenida Vitória, nº 972, Centro, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, Sr. Rogerio do Carmo Gabriel, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 289.581.578.01, residente e domiciliado na Rua Camburiu, Centro, nº 521, no Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº 01.415.982/0001-45, com endereço na Rua XXXXXX, nº XX, Bairro XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, CEP nº XX.XXXX-XXX, representada neste ato, por XXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXXXX, e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. XXX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos



materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Cód TCE	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTEMT. Coberturas: Casco - colisão, incêndio, Roubo e furto - 100% Fipe; Danos Materiais - R\$ 300.000,00; Danos Corporais - R\$ 300.000,00;	Unidade	01	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX



	Danos Morais R\$ 150.000,00; Acid. Pes. de Ocupantes - Morte Acidental - R\$ 50.000,00; Acid. Pes. Ocupantes - Invalidez Permanente - R\$ 50.000,00; Vidros, assistência 24 horas (básica) e Cobertura de guincho, carro reserva, troca de pneu, carga de bateria, taxi, hotel lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, Parabrisa dianteiro, Parabrisa traseiro, vidros,
Valor Total R\$	Parabrisa traseiro, vidros, pane seca.

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação;
- 2.2. O CONTRATADO deverá realizar a prestação de serviços dentro da vigência contratual e cumprimento do cronograma fixado pela CONTRATANTE.
- 2.3. Ao CONTRATADO será facultado pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer interrupção do fornecimento, determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
- a) falta de produtos em esfera nacional para o andamento dos trabalhos;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar tais entregas no interesse da Administração.
- 2.4. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.
- 2.5. As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução contratual, o modelo de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Entre as obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras que sejam elementares do tipo, estão:
- 8.1.1 Efetuar o pagamento do Serviço solicitado de acordo com o Termo de Referência;
- 8.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 8.1.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 8.1.4. Documentar as ocorrências que comprometam a qualidade dos Serviços Prestados;
- 8.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado que esteja fora das especificações apresentadas nesse Termo de Referência e proposta apresentada;



- 8.1.7. Emitir pareceres sobre os atos relativos à qualidade dos serviços, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 8.1.8. Efetuar o aceite, considerando o valor resultante do bem, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.9. Aplicar à Contratada, penalidades, quando for o caso;
- 8.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado;
- 8.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

- 9.1. O CONTRATADO (A) deverá disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura de remoção de veículos e passageiros, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção que se faça necessária em todo território Nacional.
- 9.2. A seguradora devera cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até oficinas credenciadas para prestarem os serviços, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:
- 9.2.1. Colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- 9.2.2. Queda acidental em precipícios ou de pontes.
- 9.2.3. Raio e suas consequências, incêndios ou explosão acidentais;
- 9.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado.
- 9.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e / ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 9.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações;
- 9.2.7. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;
- 9.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 9.2.9. Atos danosos praticados por terceiros;
- 9.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- 9.2.11. Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane;
- 9.2.12. Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos:
- 9.2.13. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a CONTRATANTE;
- 9.2.14. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela CONTRATANTE, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma hora), contada a partir do recebimento da comunicação pelo CONTRATADO (A), indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução;



- 9.2.15. Autorizar a realização dos reparos necessários, em relação ao veículo segurado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da comunicação da CONTRATANTE;
- 9.2.16. Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da entrega, de toda documentação exigida por esta no Contrato;
- 9.2.17. Fornecer, em relação ao veículo, manual ou documento equivalente contendo as informações relativas à regulamentação do seguro contratado;
- 9.2.18. Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;
- 9.2.19. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 9.2.20. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes a prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 9.2.21. O (A) CONTRATADO (A) deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo;
- 9.2.22. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.2.23. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.2.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurando e seus ocupantes, em situações de emergência e serão:
- 9.2.24.1. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- 9.2.24.2. Reboque do veículo ilimitado;
- 9.2.24.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 9.2.24.4. Serviços de chaveiro.
- 9.2.24.5. Envio de combustível.
- 9.2.24.6. Remoção para hospital ou domicilio do segurado por lesão.
- 9.2.24.7. Serviço de despachante.
- 9.3. O (A) CONTRATADO (A) é responsável por fornecer o boleto de pagamento para pagamento da franquia caso seja acionada o seguro. Quando não o fizer deverá encaminhar o boleto de pagamento ou Nota fiscal eletrônica da empresa prestadora do serviço.
- 8.4. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço.
- 8.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - **IV**) **Multa Compensatória**, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,



à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.
- 13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



• Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 339039.69 – Seguros em geral

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA-FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sorriso-MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Ipiranga do Norte-MT, XX de XXXXXXX de 2024.

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CNPJ N.° 07.221.699/0001-69

ROGERIO DO CARMO GABRIEL



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL CONTRATANTE

CNPJ N.° XX.XXX.XXX/XXX-XX XXXXXXXXXXXX CONTRATADA



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Solicitação

De: Taiz Gomes de Oliveira

Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Para: Rogerio do Carmo Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Senhor Presidente,

Em cumprimento a Lei Ordinária Federal n.º Lei 14.133/2021, Art. 75, II, venho através desta, solicitar a Vossa Excelência, AUTORIZAÇÃO para abertura de Processo Administrativo que visará a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT", conforme Termo de Referência.

Justificativa:

Justifica-se a presente contratação levando em consideração a necessidade de nova contratação de seguro de veículo, vez que, a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT adquiriu novo veículo para a frota do Poder Legislativo Municipal, conforme Termo de Doação e Entrega nº 001/2023.

A contratação do seguro faz-se imprescindível visto que é medida que visa proteger o patrimônio público de eventuais prejuízos decorrente do uso do veículo, resguardando a Administração Pública de diversos riscos, evitando possíveis indenizações advindas de sinistros que possam ocorrer, buscando a proteção tanto material quanto pessoal dos usuários do veículo. Assim, na oportunidade, encaminho o Termo de Referência para verificação.

Ipiranga do Norte-MT, 26 de Janeiro de 2024.



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação Portaria de Nomeação nº 005/2024



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Comunicação Interna

De:

Sr. Rogerio do Carmo Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT

Para:

Taiz Santos de Oliveira

Agente de Contratação da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT

Senhor Presidente,

Em resposta à demanda efetuada, venho por meio desta, AUTORIZAR a abertura do Processo Administrativo para "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de DM (Danos Materiais), cobertura de DC (Danos Corporais, assistência 24horas (básica) e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, Vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo Oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT", de acordo com o Termo de Referência para atender as necessidades do Poder legislativo, conforme solicitado, ressalvando a necessidade de serem observados todos os procedimentos estabelecidos pela legislação pertinente.

Ipiranga do Norte/MT, 26 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Processo Administrativo nº 002/2024 Dispensa n° 001/2024

Comunicação Interna

De:

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Para:

Jeferson Reichert

Chefe do Departamento Contábil da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Solicito a Vossa Senhoria informações quanto a disponibilidade de Recursos Orçamentários, bem como seus respectivos códigos, para atender as despesas com a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT", para o exercício financeiro de 2024.

O valor estimado para referida contratação é de R\$ 4.560,20 (quatro mil quinhentos e cinco reais e sessenta centavos).

Ipiranga do Norte-MT, 26 de Janeiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação
Portaria de Nomeação nº 005/2024



Av. Vitória, nº. 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024 DISPENSA Nº 001/2024 Exercício 2024

DAMARA MUNICIPAL D.
PIRANGA DO NORTE - MT

COMUNICAÇÃO INTERNA

%o	63	2024	
Erra.	261	0) 1 2024	-
	conduction daily to have been a series of the	Sperce nicht	

De:

Jeferson Reichert

Chefe de Departamento Contábil da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte – MT

Para:

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT

Confirmo a existência suficiente de Dotação Orçamentária nas rubricas a seguir especificadas, para "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT", para o exercício financeiro de 2024.

O valor estimado para referida contratação é de R\$ 4.560,20 (quatro mil quinhentos e cinco reais e sessenta centavos).

Dotação Orçamentária: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

No

33.90.39.00.00.00

Valor Disponível

R\$ 223.779,83

Ipiranga do Norte-MT, 26 de janeiro de 2024.

81 / 171 CM lpgn Taiz



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, nº. 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Selem Michil

Jeferson Reichert
Chefe de Departamento Contábil
Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT

Setor de Compras e Licitações Portaria:

26101124



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 001/2024 Processo Administrativo N° 002/2024

Torna-se público que a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, pessoa jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 07.221.699/0001-69, sediada na Avenida Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT, CEP nº 78.578-000, por meio do Setor de Compras e Licitações, realizará processo de **Dispensa**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução 002/2023 - CMIN, e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, conforme tabela abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Código TCE/MT	Descrição/Especificação do objeto	Valor total estimado (R\$)
1	01	Un.	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE- MT. Coberturas: Casco - colisão, incêndio, Roubo e furto - 100% Fipe; Danos Materiais - R\$ 300.000,00; Danos Corporais - R\$	R\$ 4.560,20



300.000,00; Danos Morais R\$	
150.000,00; Acid. Pes. de	
Ocupantes - Morte Acidental - R\$	
50.000,00; Acid. Pes. Ocupantes -	
Invalidez Permanente - R\$	
50.000,00; Vidros, assistência 24	
horas (básica) e Cobertura de	
guincho, carro reserva, troca de	
pneu, carga de bateria, taxi, hotel	
lanternas, faróis, retrovisores,	
chaveiro,	
Parabrisa dianteiro, Parabrisa	
traseiro, vidros, pane seca.	

2. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

2.1. As propostas deverão ser apresentadas até o dia 31/01/2024 às 11h00 (horário de Brasília), através do e-mail: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou no endereço Avenida Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, em envelope fechado, identificado como "DISPENSA DE LICITAÇÃO – SEGURO DE VEÍCULO", acompanhado dos documentos de habilitação e da proposta comercial.

3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- Documentos pessoais de todos os sócios ou representantes da empresa (procuração e documentos pessoais, caso tenha procurador);
- Contrato Social ou ato constitutivo e suas alterações;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

4. DA PROPOSTA COMERCIAL

- 4.1. A proposta deverá ser entregue em papel timbrado ou contendo a identificação da empresa, carimbo com CNPJ ou assinatura digital, assinatura do representante da empresa, data atualizada, validade da proposta e valor para o objeto solicitado.
- 4.2. No valor ofertado deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:



- 5.1. Dúvidas e informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone ou pelo e-mail contidos nesta solicitação.
- 5.2. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 5.2.1. ANEXO I Termo de Referência;
 - 5.2.2. ANEXO III Minuta de Termo de Contrato.

Agradecemos pela atenção e participação. Ipiranga do Norte/MT, 26 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel Presidente da Câmara CONTRATANTE

Taiz Gomes de Oliveira Assistente Administrativo Portaria n° 032/2023



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

1. DA IDENTIFICAÇÃO, DO RESPONSÁVEL E DO OBJETO

1.1. O presente Processo, é de responsabilidade da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, inscrita sob o CNPJ n° 07.221.699/0001-69, neste ato representada pela subscritora mencionada, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente dispensa de licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.
- 2.2. Justifica-se a presente contratação levando em consideração a necessidade de nova contratação de seguro de veículo, vez que, a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT adquiriu novo veículo para a frota do Poder Legislativo Municipal, conforme Termo de Doação e Entrega nº 001/2023.
- 2.3. A contratação do seguro faz-se imprescindível visto que é medida que visa proteger o patrimônio público de eventuais prejuízos decorrente do uso do veículo, resguardando a Administração Pública de diversos riscos, evitando possíveis indenizações advindas de sinistros que possam ocorrer, buscando a proteção tanto material quanto pessoal dos usuários do veículo.
- 2.4. A dispensa de licitação para a mencionada contratação é fundamentada nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. A urgência e a necessidade iminente de contratar seguro para o veículo oficial justificam essa escolha, assegurando proteção aos usuários do veículo e, ao mesmo tempo, atendendo aos princípios da legalidade e economicidade estabelecidos na legislação vigente.



3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O veículo que compõem a frota da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte tem as seguintes especificações: Pajero Sport HPE S Misto Utilitário –5.86 2 eixos Aut. 7p Placa: SPG2C78/MT – Diesel, Chassi: MMBGUKS10RH002903, ano 2023/2024:

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO/ESPE CIFICAÇÃO DO OBJETO	ANO	QTDE	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE-MT.	2024	01	R\$ 4.560,20	R\$ 4.560,20



Coberturas: Casco -	
colisão, incêndio,	
Roubo e furto - 100%	
Fipe; Danos Materiais	
- R\$ 300.000,00;	
Danos Corporais - R\$	
300.000,00; Danos	
Morais R\$	
150.000,00; Acid. Pes.	
de Ocupantes - Morte	
Acidental - R\$	
50.000,00; Acid. Pes.	
Ocupantes - Invalidez	
Permanente - R\$	
50.000,00; Vidros,	
assistência 24 horas	
(básica) e Cobertura de	
guincho, carro reserva,	
troca de pneu, carga de	
bateria, taxi, hotel	
lanternas, faróis,	
retrovisores, chaveiro,	
Parabrisa dianteiro,	
Parabrisa traseiro,	
vidros, pane seca.	

4. DA ESTIMATIVA DO VALOR, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODALIDADE LICITATÓRIA

- 4.1. Tendo como base pesquisa de preços realizada em empresas do ramo, através das informações fornecidas por orçamentos e Sistema Radar, se estima a despesa em R\$ 4.560,20 (quatro mil quinhentos e sessenta reais e vinte centavos).
- 4.2. O Fornecedor será selecionado com fulcro no valor referido no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 11.871/2023, por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, CONDIÇÕES E FORMA DO PAGAMENTO

5.1. A apólice referente ao veículo apresentado neste Projeto Básico/Termo de Referência terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da data da sua emissão, salvo a possibilidade de renovação do





seguro. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

- 5.2. A emissão e o envio da apólice ou do endosso será efetivada em até 15 dias corridos, contados da data de aceitação da proposta e deverá ser disponibilizada a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, por meios dos endereços eletrônicos: <u>fiscaldecontratocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> e financeirocm@ipirangadonorte.mt.leg.br.
- 5.3. O objeto desse Termo de Referência será dado como recebido, de acordo com o Inciso I, do Artigo nº 140 da Lei Ordinária Federal n.º 14.133/2021. E, se confirmada à conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal de Serviço será atestada pelo Fiscal de Contrato, ora designado pela Contratante.
- 5.4. A contratante rejeitará a entrega dos serviços que estejam em desacordo com o disposto neste termo. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os serviços estão em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da Contratante notificarão a Empresa prestadora, para que ela providencie a correção necessária, no prazo de recebimento do objeto.
- 5.5. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos serviços realizados nas Legislações de Regência aplicáveis ao tipo do serviço.

5.4. Prazo e Local de Entrega:

- 5.4.1. O prazo para início da prestação de serviços se iniciará após a emissão da apólice;
- 5.4.2. O local para realização dos serviços será na **Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT**, com endereço na Avenida Vitória, n.º 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT.
- 5.5. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) após a emissão da apólice, através de depósito bancário em Conta Corrente da CONTRATADA, preferencialmente em Bancos oficiais, ou boleto bancário, se for o caso.
- 5.6. No valor acordado, estão presentes todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive: tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxas de licenciamento, administração, frete, seguro ou outros necessários ao cumprimento integral do objeto adquirido.

6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



- 6.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA HABILITAÇÃO.

7.1. Habilitação Jurídica

- 7.1.1. Pessoa física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.1.2. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.3. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 7.1.4. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI: Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 7.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.1.6. Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do Ato Constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.8. Sociedade Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. n.º 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

- 7.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





- 7.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 7.2.9. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.10. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. O CONTRATADO (A) deverá disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura de remoção de veículos e passageiros, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção que se faça necessária em todo território Nacional.
- 8.2. A seguradora devera cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até oficinas credenciadas para prestarem os serviços, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:
- 8.2.1. Colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- 8.2.2. Queda acidental em precipícios ou de pontes.
- 8.2.3. Raio e suas consequências, incêndios ou explosão acidentais;
- 8.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado.
- 8.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e / ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 8.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações;
- 8.2.7. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;





- 8.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 8.2.9. Atos danosos praticados por terceiros;
- 8.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- 8.2.11. Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane;
- 8.2.12. Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;
- 8.2.13. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a CONTRATANTE;
- 8.2.14. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela CONTRATANTE, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma hora), contada a partir do recebimento da comunicação pelo CONTRATADO (A), indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução;
- 8.2.15. Autorizar a realização dos reparos necessários, em relação ao veículo segurado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da comunicação da CONTRATANTE;
- 8.2.16. Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da entrega, de toda documentação exigida por esta no Contrato;
- 8.2.17. Fornecer, em relação ao veículo, manual ou documento equivalente contendo as informações relativas à regulamentação do seguro contratado;
- 8.2.18. Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;
- 8.2.19. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 8.2.20. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes a prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 8.2.21. O (A) CONTRATADO (A) deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo;
- 8.2.22. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



- 8.2.23. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.2.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurando e seus ocupantes, em situações de emergência e serão:
- 8.2.24.1. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- 8.2.24.2. Reboque do veículo ilimitado;
- 8.2.24.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 8.2.24.4. Serviços de chaveiro.
- 8.2.24.5. Envio de combustível.
- 8.2.24.6. Remoção para hospital ou domicilio do segurado por lesão.
- 8.2.24.7. Serviço de despachante.
- 8.3. O (A) CONTRATADO (A) é responsável por fornecer o boleto de pagamento para pagamento da franquia caso seja acionada o seguro. Quando não o fizer deverá encaminhar o boleto de pagamento ou Nota fiscal eletrônica da empresa prestadora do serviço.
- 8.4. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço.
- 8.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Entre as obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras que sejam elementares do tipo, estão:
- 9.1.1 Efetuar o pagamento do Serviço solicitado de acordo com o presente termo;
- 9.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 9.1.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 9.1.4. Documentar as ocorrências que comprometam a qualidade dos Serviços Prestados;
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado que esteja fora das especificações apresentadas nesse Termo de Referência e proposta apresentada;
- 9.1.7. Emitir pareceres sobre os atos relativos à qualidade dos serviços, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 9.1.8. Efetuar o aceite, considerando o valor resultante do bem, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência;





- 9.1.9. Aplicar à Contratada, penalidades, quando for o caso;
- 9.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado;
- 9.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10. DOS PRAZOS

- 10.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação;
- 10.2. O CONTRATADO deverá realizar a prestação de serviços dentro da vigência contratual e cumprimento do cronograma fixado pela CONTRATANTE.
- 10.3. Ao CONTRATADO será facultado pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer interrupção do fornecimento, determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
- a) falta de produtos em esfera nacional para o andamento dos trabalhos;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar tais entregas no interesse da Administração.
- 10.4. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.
- 10.5. As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Dispensa de Licitação, correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:
- Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 33.90.3969 Seguros em geral, cujo saldo atual para uso, será auferido em momento oportuno.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto será supervisionada, fiscalizada e atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT por meio da Portaria nº 009/2024, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do presente Projeto celebrado; anotando, inclusive, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.



- 12.2. A ausência de comunicação por parte da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, referente à irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste termo. Sendo que, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para as providências cabíveis.
- 12.3. A fiscalização pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução da entrega do bem adquirido.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a)der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)der causa à inexecução total do contrato;
- d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II)Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III)Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- IV)Multa Compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



7



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- 13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)as peculiaridades do caso concreto;
- c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. O presente Termo foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Ordinária Federal n.º 14.133/2021, assim como em suas respectivas alterações.

Ipiranga do Norte/MT, 26 de Janeiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira
Agente de Contratação
Portaria de Nomeação nº 005/2024



MINUTA CONTRATO N° 0XX/2024 - CMIN

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0XX/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00X/2024

> CONTRATO N° 0XX/2024 **CELEBRADO ENTRE** CÂMARA **MUNICIPAL** IPIRANGA DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, TENDO COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTACÃO** NA SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA **HORAS** (BÁSICA), 24 COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO **NORTE-MT.**

A Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.221.699/0001-69, sediada em Ipiranga do Norte - MT, à Avenida Vitória, nº 972, Centro, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, Sr. Rogerio do Carmo Gabriel, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 289.581.578.01, residente e domiciliado na Rua Camburiu, Centro, nº 521, no Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº 01.415.982/0001-45, com endereço na Rua XXXXXX, nº XX, Bairro XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, CEP nº XX.XXXX-XXX, representada neste ato, por XXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXXXX, e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. XXX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos



materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Cód TCE	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTEMT. Coberturas: Casco - colisão, incêndio, Roubo e furto - 100% Fipe; Danos Materiais - R\$ 300.000,00; Danos Corporais - R\$ 300.000,00;	Unidade	01	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX



	Danos Morais R\$ 150.000,00; Acid. Pes. de Ocupantes - Morte Acidental - R\$ 50.000,00; Acid. Pes. Ocupantes - Invalidez Permanente - R\$ 50.000,00; Vidros, assistência 24 horas (básica) e Cobertura de guincho, carro reserva, troca de pneu, carga de bateria, taxi, hotel lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, Parabrisa dianteiro, Parabrisa traseiro, vidros,
Valor Total R\$	Parabrisa traseiro, vidros, pane seca.

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação;
- 2.2. O CONTRATADO deverá realizar a prestação de serviços dentro da vigência contratual e cumprimento do cronograma fixado pela CONTRATANTE.
- 2.3. Ao CONTRATADO será facultado pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer interrupção do fornecimento, determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
- a) falta de produtos em esfera nacional para o andamento dos trabalhos;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar tais entregas no interesse da Administração.
- 2.4. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.
- 2.5. As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução contratual, o modelo de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Entre as obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras que sejam elementares do tipo, estão:
- 8.1.1 Efetuar o pagamento do Serviço solicitado de acordo com o Termo de Referência;
- 8.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 8.1.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 8.1.4. Documentar as ocorrências que comprometam a qualidade dos Serviços Prestados;
- 8.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado que esteja fora das especificações apresentadas nesse Termo de Referência e proposta apresentada;



- 8.1.7. Emitir pareceres sobre os atos relativos à qualidade dos serviços, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 8.1.8. Efetuar o aceite, considerando o valor resultante do bem, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.9. Aplicar à Contratada, penalidades, quando for o caso;
- 8.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado;
- 8.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

- 9.1. O CONTRATADO (A) deverá disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura de remoção de veículos e passageiros, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção que se faça necessária em todo território Nacional.
- 9.2. A seguradora devera cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até oficinas credenciadas para prestarem os serviços, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:
- 9.2.1. Colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- 9.2.2. Queda acidental em precipícios ou de pontes.
- 9.2.3. Raio e suas consequências, incêndios ou explosão acidentais;
- 9.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado.
- 9.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e / ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 9.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações;
- 9.2.7. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;
- 9.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 9.2.9. Atos danosos praticados por terceiros;
- 9.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- 9.2.11. Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane;
- 9.2.12. Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos:
- 9.2.13. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a CONTRATANTE;
- 9.2.14. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela CONTRATANTE, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma hora), contada a partir do recebimento da comunicação pelo CONTRATADO (A), indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução;



- 9.2.15. Autorizar a realização dos reparos necessários, em relação ao veículo segurado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da comunicação da CONTRATANTE;
- 9.2.16. Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da entrega, de toda documentação exigida por esta no Contrato;
- 9.2.17. Fornecer, em relação ao veículo, manual ou documento equivalente contendo as informações relativas à regulamentação do seguro contratado;
- 9.2.18. Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;
- 9.2.19. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 9.2.20. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes a prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 9.2.21. O (A) CONTRATADO (A) deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo;
- 9.2.22. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.2.23. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.2.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurando e seus ocupantes, em situações de emergência e serão:
- 9.2.24.1. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- 9.2.24.2. Reboque do veículo ilimitado;
- 9.2.24.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 9.2.24.4. Serviços de chaveiro.
- 9.2.24.5. Envio de combustível.
- 9.2.24.6. Remoção para hospital ou domicilio do segurado por lesão.
- 9.2.24.7. Serviço de despachante.
- 9.3. O (A) CONTRATADO (A) é responsável por fornecer o boleto de pagamento para pagamento da franquia caso seja acionada o seguro. Quando não o fizer deverá encaminhar o boleto de pagamento ou Nota fiscal eletrônica da empresa prestadora do serviço.
- 8.4. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço.
- 8.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - **IV**) **Multa Compensatória**, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,



à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.
- 13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



• Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 339039.69 – Seguros em geral

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA-FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sorriso-MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Ipiranga do Norte-MT, XX de XXXXXXX de 2024.

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

ROGERIO DO CARMO GABRIEL



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL CONTRATANTE

CNPJ N.° XX.XXX.XXX/XXX-XX XXXXXXXXXXXX CONTRATADA



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 CNPJ: 07.221.699/0001-69 Fone/Fax: (66) 3588 1623/1893

Extrato do Aviso de Contratação Direta - Dispensa nº 001/2024

Processo Administrativo: 002/2024

Modalidade da contratação: Dispensa de Licitação

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 26/01/2024

Data de início de recebimento de propostas: 29/01/2024 Data fim do recebimento das propostas: 31/01/2024

Critério de Julgamento: menor preço

Id contratação PNCP: 07221699000169-1-000001/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Ipiranga do Norte-MT, 26 de Janeiro de 2024.

De grania de Compo Cabriel

Rogerio do Carmo Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

110 / 171 CM lpgn Taiz



Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3263 Página 17 Publicação terça-feira, 30 de janeiro de 2024 Divulgação segunda-feira, 29 de janeiro de 2024 DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) 1,700,507.38 2.01 LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 5.065.773,02 6,00 LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) 4.812.484.37 5.70 4 559 195 72 LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) 5 40 NOTA: Data: 26/01/2024 08:59:57 Página: 1 de 2 Data da emissão: 26/01/2024 08:59:57 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: JEFERSON REICHERT RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL **DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Fm reais

IPIRANGA DO NORTE - MT, 26 de janeiro de 2024

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa nº 001/2024

Processo Administrativo: 002/2024

Modalidade da contratação: Dispensa de Licitação

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 26/01/2024

Data de início de recebimento de propostas: 29/01/2024 Data fim do recebimento das propostas: 31/01/2024

Critério de Julgamento: menor preço

Id contratação PNCP: 07221699000169-1-000001/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do





Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3263

Página 18

Divulgação segunda-feira, 29 de janeiro de 2024

Publicação terça-feira, 30 de janeiro de 2024

Norte-MT.

Ipiranga do Norte-MT, 26 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024.

A Câmara Municipal de Juara, por meio do Agente Contratação, informa que o Presidente deste Poder Legislativo Ratifica a Dispensa de Licitação nº 001/2024, para Contratação da Empresa ARIANY CARDOSO PEREIRA LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 51.089.632/0001-04, com sede a Rua Arnaldo Luiza Dalpiaz, nº 127, Centro, Juara - MT, Cep: 78-575-000. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para assessoramento, acompanhamento e fiscalização dos serviços de execução do projeto estrutural metálico de cobertura com telha isotérmica, projeto de águas pluviais e contrapiso no prédio da Câmara de Juara, conforme Contrato nº 014/2023. O Valor é de R\$ 14.267,12 (quatorze mil e duzentos e sessenta reais e doze centavos) a ser pago conforme cronograma. De acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 3º, inciso I da Resolução nº 228/2023.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260.

Juara-MT, 26 de janeiro de 2024.

Lincoln de Carvalho Agente de Contratação Poder Legislativo – Juara-MT

PORTARIA

PORTARIA N.º 196/2024

Dispõe sobre a exoneração do Senhor Clodoaldo Neves de Oliveira, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

Sandy de Paula Alves Mainardes, Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de janeiro de 2024, o Senhor Clodoaldo Neves de Oliveira, que exerce o cargo comissionado de Assessor Parlamentar, sob a matrícula nº 206, da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2024.

Registre-se!

Publique-se!

Cumpra-se!

Ver. Sandy de Paula Alves Mainardes Presidente

PORTARIA N.º 197/2024

Dispõe sobre a designação de servidor público efetivo para ocupar a função de Membro da Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Juara - MT.

Sandy de Paula Alves Mainardes, Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora da Câmara Municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Senhora Fabiane Pereira da Silva Mota, matricula nº 53, para ocupar a função de Membro de Equipe de Apoio, constante na Resolução nº 224 de 19 de dezembro de 2023. Parágrafo único. O servidor designado para a função de Equipe de Apoio fará jus a gratificação conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2024.

Registre-se!

Publique-se!

Cumpra-se!

Ver.^a Sandy de Paula Alves Mainardes Presidente

PORTARIA N.º 198/2024



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

<u>Processo Administrativo nº 002/2024</u> <u>Dispensa nº 001/2024</u>

Comunicação Interna

De:

Taiz Gomes de Oliveira Agente de Contratação da Câmara Municipal

Para:

Marcos Winicius Paludo Advogado da Câmara Municipal

Solicito a Vossa Senhoria Parecer Jurídico sobre Procedimento Administrativo nº 001/2024, Dispensa nº 001/2024, para controle prévio de legalidade nos termos do artigo nº 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de DM (Danos Materiais), Danos Morais, cobertura de DC (Danos Corporais), Morte acidental, Invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, Vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo Oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT".

Ipiranga do Norte-MT, 30 de Janeiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira Agente de Contratação Portaria de Nomeação nº 005/2024





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE.

PARECER JURÍDICO Nº 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024 DISPENSA Nº 01/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT.

RELATÓRIO

- 1. O Setor de Compras e Licitação encaminha a este Departamento Jurídico, consulta sobre a contratação por dispensa de licitação do objeto supramencionado, para parecer jurídico nos termos do art. 53, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
- O processo foi encaminhado junto ao endereço eletrônico juridicocm@ipirangadonorte.mt.leg.br, no dia 31 de janeiro de 2024, contendo 112 (cento e doze) páginas.
- O processo administrativo foi devidamente autuado e veio instruído com os seguintes documentos:
 - a) Documento de formalização da demanda (DFD);
 - b) Pesquisa de preços para formação de preço de referência;
 - c) Termo de Referência para a Contratação;
 - d) Minuta contratual;
 - e) Solicitação de abertura do Processo Administrativo;
 - f) Demonstração de disponibilidade financeira para cobrimento da despesa;
 - g) Extrato de aviso de Contratação Direta, com respectivos anexos;
- 4. É o sucinto relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De início, destaco competir a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 53, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da pratica dos atos administrativos, reservados a





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta consultoria examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira afetas a outros departamentos.

Ademais, nos termos do artigo 53, §4º, o órgão de assessoramento juríclico deverá realizar o controle prévio de legalidade <u>inclusive de contratações diretas</u>, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos, motivo pelo qual o presente processo foi submetido a avaliação.

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 11.871/2023, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formal zação de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração da contratação. Nesses termos, o artigo 72, da Nova Legislação, elenca os documentos necessários para a instrução do processo administrativo, colaciono:

- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
 - VI razão da escolha do contratado;
 - VII justificativa de preço;





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Não obstante, a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte também possui regulamento próprio acerca da matéria, se trata da Resolução nº 02, de 6 de março de 2023, a qual também institui parâmetros e procedimentos necessários para formalização das contratações diretas, nos termos do seu artigo 84 e seguintes.

A normativa local também instituiu a figura da Dispensa Simplificada, notadamente para aqueles processos de contratação direta que se destinam às aquisições de bens e prestação de serviços cujo valor não seja superior à 30% (trinta por cento) daquele previsto nos incisos I e II, do artigo 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevendo rito simplificado para as contratações que se enquadrem na característica. Colaciono:

Art. 97. Os processos de contratação direta poderão ser realizados em rito simplificado, os quais destinam-se às aquisições de bens e prestação de serviços cujo valor não seja superior à 30% (trinta por cento) daquele previsto nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto nos valores de que trata o caput não impede a adoção do processo de contratação direta pela dispensa eletrônica.

- Art. 98. Os processos de contratação direta formalizados pelo rito simplificado serão instruídos com os seguintes documentos:
 - I documento de formalização de demanda,
 - II estimativa de preços, na forma deste regulamento;
- IV demonstração de compatibilidade de previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido:
 - V autorização da autoridade competente:
- VI Documentos de habilitação e proposta ofertada pelo fornecedor:
- VII ato de ratificação do procedimento pela autoridade competente;
 - VIII publicação oficial do ato de ratificação:
- § 1º Nas contratações pelo rito simplificado o Estudo Técnico Preliminar, a Análise de Riscos e o Termo de Referência e o Parecer Jurídico poderão ser dispensados.

No caso em comento, busca-se a contratação de serviços de seguro veicular a fim de cobrir o veículo oficial do Legislativo Municipal de Ipiranga do Norte/MT, cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de



Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

Formalização da Demanda, elaborado pelo setor de frotas. Conforme consta nos autos, foram elaborados o termo de referência para contratação, e ainda, a pesquisa de preços a fim de se formar a estimativa da despesa.

O preço máximo total estimado para a contratação do serviço foi de R\$ 4.560,20 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais e vinte centavos), e se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente contratação tomou por referência as propostas apresentadas por empresas do ramo, bem como, extrato de consulta junto ao sistema RADAR do TCE/MT para os serviços de mesma natureza, conforme se extrai do Mapa Comparativo de Preços elaborado pelo setor correspondente (47/49), mostrando-se satisfatória, por atender aquilo previsto no artigo 33, da Resolução nº 02/2023.

Deve se ressaltar que, pelo que se verifica, os autos até o momento contêm toda a documentação necessária para a viabilização do procedimento, nos termos do artigo 72, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº. 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa.

Ademais, pelo que se depreende, também se teve atenção para aquilo disposto no §3º, do artigo 75, da Lei 14.133.

Verifica-se que o presente procedimento foi encaminhado à apreciação desta assessoria jurídica após o término da fase interna do certame. Nesse sentido, nos termos do Novo Diploma de Licitações, este é o momento oportuno para análise de legalidade pela assessoria jurídica.

A fase preparatória do processo licitatório, nos termos do artigo 18, da Lei 14.133, é composta:

- Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
- I a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
 - V a elaboração do edital de licitação;





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Ainda que referido artigo refira-se a processo licitatório, e no caso presente se trate de dispensa de licitação, o procedimento previsto e o entendimento do que é considerado fase interna é extensível a dispensa, no que couber, nos termos do artigo 71, parágrafo 4º, da Lei 14.133.

Nesses termos, somente a título argumentativo, a princípio não é trazido no diploma federal a previsão ou necessidade de emissão de novo parecer jurídico ou "parecer conclusivo" ao final da fase externa do procedimento.

Essa interpretação se dá diante das disposições previstas no artigo 71, caput, combinada com o §4º, e ainda, no artigo 72, do diploma, o qual elenca a sequência dos documentos que irão instruir o processo de dispensa. Dessa forma, o parecer jurídico, conforme se depreende do artigo 72, inciso III, será emitido após a estimativa da despesa, ou seja, após o término da fase preparatória, antes da divulgação do aviso de dispensa. A avaliação final da justificativa de escolha do contratado e consequentemente do preenchimento dos requisitos habilitação e qualificação, será realizada pelo servidor responsável pela condução, bem como pela autoridade competente que realizará a autorização da contratação, nos termos do inciso VIII do artigo 72, além das disposições trazidas no *caput* do artigo 71, combinado com seu §4º, o qual colaciono:





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

- IV demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
 - VI razão da escolha do contratado;
 - VII justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

(...)

- Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- I determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - IV adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- § 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.





Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação. (g.n)

Em havendo alguma dúvida de natureza jurídica e de legalidade, poderá ser submetida a avaliação da assessoria jurídica. Em caso negativo, pelo que depreende dos dispositivos supramencionados, não se vislumbra a indicação como condição de regularidade do procedimento, a necessidade da emissão de "parecer conclusivo" após o termino da fase externa.

Não obstante as considerações exaradas, atente-se o setor correspondente acerca dos documentos necessários a fim da comprovação da regularidade da empresa pretensa contrata, nos termos do artigo 84, §1º, da Resolução nº 02, de 6 de março de 2023. No caso da dispensa simplificada, os documentos exigidos, conforme o diploma local, são aqueles previstos no §2º, do artigo 98, *in verbis:*

- Art. 98. Os processos de contratação direta formalizados pelo rito simplificado serão instruídos com os seguintes documentos: (...)
- § 2º Os documentos de habilitação previstos no inciso VI do artigo anterior limitar-se-à a apresentação dos seguintes documentos:
- se pessoa física, apenas a certidão de regularidade fiscal municipal, estadual e federal;
- II se pessoa jurídica, apenas:
- a) certidões de regularidade fiscal municipal, estadual e federal (incluída regularidade social):
- b) certidão de regularidade trabalhista;
- c) certidão de regularidade com FGTS;

III - prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e do Estado onde tiver sede o particular e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS. (g.n)

Feitas essas considerações, quanto a minuta contratual apresentada, não vislumbra-se óbice legal, cumprindo com os requisitos mínimos previstos na Lei 14.133 e necessários na presente contratação, notadamente o objeto e seus elementos, a vinculação a proposta, a legislação aplicável, o regime de execução, o preço pactuado, os prazos estabelecidos, o crédito da despesa, procedimento de repactuação e reequilíbrio, os direitos e responsabilidades, as



120 / 171 CM lpgn Taiz



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

sanções aplicáveis, modelo de gestão, e os casos de extinção, além da eleição do foro competente.

Ante todo o exposto, nos termos do art. 53, caput e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta do Aviso de Contratação Direta Nº. 01/2024 e seus anexos, neles compreendido a minuta contratual, por atender aquilo previsto no art. 92, para a contratação dos serviços elencados, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, salvo melhor entendimento, o qual submeto a apreciação.

pirança do Norte/MT, 31 de janeiro de 2024.

Marcos Winícius Paludo Advogado - OAB/MT 22333/O

> Setor de Compras e Licitações Portaria:

31/01/24

RES: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

vendas@curadoseguros.com

22 de janeiro de 2024 às 08:06

Para: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br

Bom dia,

Segue em anexo, cotação conforme solicitado.

Qualquer dúvida, ou solicitação estou à disposição.

Atenciosamente,



De: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br < licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br>

Enviada em: segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 07:46

Para: vendas@curadoseguros.com

Assunto: Solicitação de orçamento - Seguro veículo.

Olá bom dia.

Solicito a Curado Corretora de Seguros que forneça orçamento nos termos do arquivo anexo, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

Informamos que todas as despesas ordinárias diretas e indiretas (taxas, tributos, impostos, encargos, frete, seguro, pedágio, alimentação e hospedagem) referentes a execução do objeto deverão estão inclusas nos valores do orçamento.

<u>O objeto deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT sito à Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte-MT, CEP nº 78578-000.</u>

Na mesma oportunidade, esclarecemos que o pagamento do boleto se efetuará em até 05 (cinco) dias após a emissão da apólice.

Prazo final para entrega do orçamento: <u>22/01/2024, no e-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u>

Informações e dúvidas nos contatos: <u>licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br</u> ou (66) 3588-1623.

At. Te.

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT E-mail:licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Telefone Para Contato: (66) 3588-1623



ORÇAMENTO - SEGURO AUTO FROTA

Orçamento: 819298699

Operação de Negócio: Convencional

Tipo de Emissão:Seguro NovoTarifa:Janeiro/2024

Início da Vigência: 10/01/2024 Data do Orçamento: 09/01/2024

Término da Vigência: 10/01/2025 Versão do cálculo: 1

Quantidade de Itens: 1 Última Liberação: 10/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Dados do corretor

Nome Código SUSEP

R.J.C. CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (66) 99959983 LI3D0J

Dados do cliente

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

Descrição	Prêmio
CASCO	R\$ 3.107,51
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 314,93
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 126,37
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 87,35
DANOS MORAIS A TERCEIROS - 1º RISCO	R\$ 5,76
076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 155,95
26H - Carro Extra Porte Médio, Automático 15 Dias (R\$1890 limitado R\$126/dia)-Referenciada	R\$ 62,27
45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	R\$ 176,32
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM - RADIO AM-FM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 1

Prêmio do Seguro

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 4.036,46

IOF: 0,00% Prêmio à vista do seguro: R\$ 4.036,46

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Na hipótese de sinistro, o segurado arcará com os prejuízos, até o valor da franquia; e a seguradora, com aqueles que excederem a franquia. A franquia deverá ser paga pelo segurado diretamente à oficina que reparou o veículo.

Os valores deste orçamento são válidos até 08/02/2024

OPÇÕES	DE	PAGAMENTO
---------------	----	------------------

PAGAMENTO: À Vista - Boleto

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)	
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46	

PAGAMENTO: Camê a 30 d.d.

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46

PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50

PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Carnê

Parcela Juros		Parcela (R\$)	Total (R\$)		
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46		
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47		
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48		

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	125 / 171 CM lpgn Taiz			
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45			
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44			
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48			
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48			
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50			
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50			
	PAGAMENTO: Todas	s Débito C. Corrente				
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)			
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46			
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46			
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47			
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48			
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45			
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44			
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48			
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48			
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50			
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50			
	PAGAMENTO: Todas Cartão (de Crédito - Demais Bandeiras				
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)			
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46			
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46			
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47			
4	0,00%	R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,48			
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45			
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44			
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48			
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48			
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50			
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50			
	PAGAMENTO: 18 Bo	oleto / Demais Camê				
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)			
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46			
3	0,00%	R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,47			

1 400 / 474 OM In and Taile I								
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	126 / 1/1 CM Ipgn Taiz					
5	0,00%	R\$ 807,29	R\$ 4.036,45					
6	0,00%	R\$ 672,74	R\$ 4.036,44					
7	0,00%	R\$ 576,64	R\$ 4.036,48					
8	0,00%	R\$ 504,56	R\$ 4.036,48					
9	0,00%	R\$ 448,50	R\$ 4.036,50					
10	0,00%	R\$ 403,65	R\$ 4.036,50					
	PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito Porto Seguro							
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)					
-								
1	0,00%	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46					
2	0,00%	R\$ 4.036,46 R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46					
2	0,00%	R\$ 2.018,23	R\$ 4.036,46					
3	0,00%	R\$ 2.018,23 R\$ 1.345,49	R\$ 4.036,46 R\$ 4.036,47					
3 4	0,00% 0,00% 0,00%	R\$ 2.018,23 R\$ 1.345,49 R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,46 R\$ 4.036,47 R\$ 4.036,48					
2 3 4 5	0,00% 0,00% 0,00%	R\$ 2.018,23 R\$ 1.345,49 R\$ 1.009,12	R\$ 4.036,46 R\$ 4.036,47 R\$ 4.036,48 R\$ 4.036,45					
2 3 4 5 6	0,00% 0,00% 0,00% 0,00%	R\$ 2.018,23 R\$ 1.345,49 R\$ 1.009,12 R\$ 807,29	R\$ 4.036,46 R\$ 4.036,47 R\$ 4.036,48 R\$ 4.036,45					

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

R\$ 403,65

R\$ 4.036,50

0,00%

10

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60 - Código Susep (05886)



Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no. : 819298699

Dados do Cliente:

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL VEREADORES IPIRANGA N

CNPJ: 07.221.699/0001-69 Tipo de Pessoa: Jurídica

Atividade: ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EM GERAL

Data: 09/01/2024 Validade: 08/02/2024

Tarifa: Janeiro/2024 Última Liberação: 10/01/2024

Vigência: 10/01/2024 - 10/01/2025 Quantidade de Itens: 1

Operação de Negócio: Convencional Data da impressão: 10/01/2024

Tipo de Contratação: Seguro Tradicional - Rede Referenciada e/ou Livre Escolha - Peças Genuínas e/ou Originais

Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: MITSUBISHI - NOVA PAJERO SPORT HPE-S 2.4 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2023/2024 CÓDIGO FIPE: 221856 0Km: Não PLACA: SPG2C78 CHASSI: MMBGUKS10RH002903 COMBUSTÍVEL: Diesel	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: IPIRANGA DO NORTE - MT UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 12.788,40 DMT 1R - IS R\$ 300.000,00 DCT 1R - IS R\$ 300.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Cls. 26H Vidros 076 / IS: R\$ 25.000,00 / FRANQUIAS: Faróis XENON: R\$ 6.207,55 Lanternas: R\$ 1.002,89 Lanternas LED: R\$ 3.236,92 Retrovisores: R\$ 1.075,51 Parabrisa: R\$ 1.262,26 Vidro Traseiro: R\$ 1.262,26 Faróis: R\$ 1.002,89 Faróis LED: R\$ 6.207,55 Laterais: R\$ 660,52 TOTAL	R\$ 3.107,51 R\$ 314,93 R\$ 126,37 R\$ 87,35 R\$ 5,76 R\$ 176,32 R\$ 62,27 R\$ 155,95

Índice de Cobertura:	
DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA A TERCEIROS 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMI-REBOQUE DESATRELADO A TERCEIROS 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS A TERCEIROS 2º RISCO

CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS

Carro Reserva:

26C

		•
26E	CARRO RESERVA	BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26A	CARRO RESERVA	BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO RESERVA	BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO RESERVA	BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO RESERVA	BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO RESERVA	PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
260	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO RESERVA	PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS

Proteção a Vidros:

/	88	/85 -	DANOS	A VIDROS -	REDE REFERENCI	IADA				
7	6R	76R -	DANOS	AOS VIDROS,	RETROVISORES,	LANTERNAS	E FARÓIS	- LIVRE	ESCOLHA	
7	8R	78R -	DANOS	A VIDROS -	LIVRE ESCOLHA					
7	6	076 -	DANOS	AOS VIDROS,	RETROVISORES,	LANTERNAS	E FARÓIS	- REDE	REFERENCIADA	

Assistência 24h:	
45V	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA
45Y	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA
045	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA
45X	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA
45E	45E COMPACTA: SIN 2000KM / PANE 100KM - REFERENCIADA
Índice de Cláusulas:	
CLS. 104	104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO
CLS. 115	115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT
CLS. 112	112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE
CLS. 20N	20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS
CLS. 997	997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA
CLS. 111	111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS
Acessórios:	
CARROC.	CARROCERIA
EQUIP.	EQUIPAMENTOS
SOM	SOM
KIT G	KIT - GÁS

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME n° 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108.9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Outubro de 2022

1. Data, hora e local: 10 de outubro de 2022, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. 2. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária 4. Ordem do dia: A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: a) Desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos do cargo de CEO - Seguros da Companhia; b) Eléição de um novo Diretor para ocupação do cargo de CEO - Seguros da Companhia; c) Ratificação da atual composição da Diretoria; e d) Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. 5. Resumo das Deliberações: A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou: 5.1. Aprovar a desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 641.284.587-91, do cargo de CEO - Seguros da Companhia, o qual ocupava interinamente. 5.2. Aprovar a eleição do Sr. José Rivaldo Leite da Silva para o cargo de CEO - Seguros da Companhia, anteriormente ocupado pelo Sr. Roberto de Souza Santos. O Sr. José Rivaldo Leite da Silva acumulará este novo cargo com o cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial, já ocupado por ele. 5.3. Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente**: Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 641.284.587-91; CEO Seguros: José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.332.458-07, cumulando com o cargo de Vice-Presidente - Comercial; Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional: Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente** - Financeiro, Controladoria e Investimentos: Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 074.935.318-03; Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados: Luiz Augusto de Medeiros Arruda brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e** Serviços: Marcos Roberto Loução. brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG n° 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente**: Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob n° 263.344.758-94; Diretor de Produto Automóvel: <u>Jaime Soares Batista</u>, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 182.469.498-96; Diretor Técnico: Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.680.328-42; Diretora de Produção: Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 066.872.138-30; Diretor de Tecnologia da Informação: Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ ME sob o nº 249.181.618-04; Diretor de Sinistros: Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.681.578-05; **Diretor de Atendimento:** <u>Luiz Felipe Milagres Guimarães</u>, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/ RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 874.657.877-34; Diretora Jurídica e Riscos: Adriana Pereira <u>Carvalho Simões</u>, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.320.898-76; **Diretora de Pessoas e** Sustentabilidade: Carolina Helena Zwarg. brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77; Diretor de Produto - Ramos Elementares: Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria**: <u>Rafael Veneziani Kozma</u>, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.476.918-16; Diretor de Produto - Seguros de Pessoas: Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 052.854.947-29; **Diretor de Precificação:** <u>Luiz</u> <u>Vicente Guaranha Lapenta,</u> brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 801.614.640-68; e **Diretores sem** denominação especial: <u>Marcelo Zorzo</u>, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 412.391.640-68; <u>Izak Rafael</u> Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o . nº 218.048.598-00; <u>Tiago Violin.</u> brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 283.416.528-97; e Paulo Henrique Gallequillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG n° 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob n° 965.093.256-91, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10° andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **5.4.** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável: I - Funções de carátei executivo ou operacional: a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - Jaime Soares Batista; b. Diretor responsável técnico - Fabio Ohara Morita; c. Diretor responsável administrativofinanceiro - Celso Damadi; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Rafael Veneziani Kozma; e. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 - Jaime Soares Batista: f. Direto responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - José Rivaldo Leite da Silva; g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/20) - Luiz Felipe Milagres Guimarães; h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/20) - Rafael Veneziani Kozma; i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/21) - Fabio Ohara Morita; II - Funções de caráter de fiscalização ou controle: a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234 e 612) - Adriana Pereira Carvalho Simões: b. Diretor responsável pelos controles internos - Adriana Pereira Carvalho Simões. 6. Documentos arquivados na sociedade: procurações, termo de posse e declaração de desimpedimento. 7. Encerramento: Nada mais hayendo a tratar foram encerrados os trabalhos e layrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1° da Lei n° 6.404/76. São Paulo, 10 de outubro de 2022. (ass.) **Presidente** da Mesa: Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; Secretária da Mesa: Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; Acionistas: Porto Seguro S.A., por seu Diretor, Sr. Lene Araújo de Lima Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., por sua procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. JUCESP nº 62.519/23-2 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

de 3 (très) membros efetivos e de seus respectivos supientes, eletios anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com obesvariacia das prescrições legias, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Único - O Conseiho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral ações com direito a volto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, açõe sua instatação. Ártigo 13 - Os Membros de Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Capítulo V - Comité de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comité de Auditoria - II - Os Objetivos do Comité de Auditoria - A Companhia se utiliza do Comité de Auditoria di instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comité de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal formecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos neordios aos administração de conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos neordios aos administração de conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos neordios aos administração de complicas a insectivos EL na Subventidação de Companio conglomerado rotro Según na aduação da Governatação Corporativa, voltada a trains negócios aos actionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 1** de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglon

PORTO SECURCO COMPANHA DE SECURCO GENES.

- Security of the control of the contro Compensações de rerusa sos acumaisas, como univarios en exerva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercicio, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribución osa extensias como dividendo, ou capitalizado em aumento de capital social. Artigo 32 - Sem prejuizo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribur dividendos a conta o porte de la composição de dividendos a composição de dividendos a composição de adividendos não recebidos ou reclamados preserverado no prazo de 3 anos, contados da data em que tenhama sido costos à disposição do adividendo en acerverado ma porta de Companhia poderá de Composição do adividendo en acerverado no percerera do ma composição do dividendo com composição do adividendo en acerverado no percerera do ma composição do dividendo com composição do adividendo com composição do dividendo com composição do adividendo com composição do dividendo com composição do adividendo com composição do adividendo com composição do dividendo com composição do adividendo c erado Porto I tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Con

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.



Diretor Vice-Presidente – Financeiro,

Controladoria e Investimentos

Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional



José Rivaldo Leite da Silva

Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing



Diretor de Produto - Automóvel



Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing



Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção



Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento



Diretor de Tecnologia da Informação



Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos



Marcos Roberto Loução

Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços



Diretor Vice-Presidente



Diretor Técnico



Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria



Luiz Vicente Guaranha Lapenta

Diretor de Precificação



Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços



Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares



Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade



Carlos Eduardo Naegeli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas



Diretor



Tiago Violin

Diretor



Nelson Santos Aguiar

Diretor



Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

DocuSigned by

field Rushipu Calligalis (Allure).

Assimato por PAULO HENRIQUE GALLEQUILLOS CALDERON 985093...

CPF: 98609328991

Data/short da Assimitura: 09005/2022 14:57:12 BRT

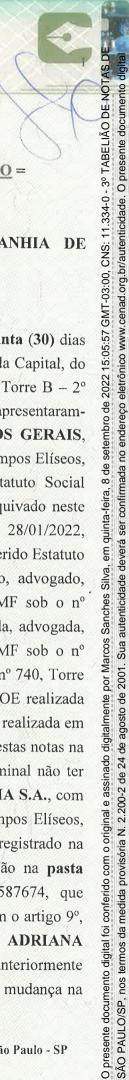
LEPP ...

SECONO 1707-234-98646989542790969896-62-23

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

9° TABELIÃO DE NOTAS SÃO PAULO - SP COMARCA DE SÃO PAULO PAULO ROBERTO FERNANDES



por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo

Livro:11376 Página:345

= LIVRO Nº 11.376 - PÁG. Nº 345 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e outras.

3294456

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos trinta (30) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois (2022), nesta Cidade e Comarca da Capital, do Estado de São Paulo, em diligência, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Elíseos, perante mim escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentaramse como OUTORGANTES: 1) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, com seu Estatuto Social consolidado registrado JUCESP sob o nº 194.106/20-2, aos 03/06/2020, que fica arquivado neste Tabelião na pasta 140/2022, junto da Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 28/01/2022, autenticidade 165577116, neste ato representada de acordo com o artigo 9°, § 4° do referido Estatuto Social, por seus Diretores, Srs. LENE ARAÚJO DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608/80, e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 174.320.898-76, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B - 10° andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, eleitos conforme deliberação em AGOE realizada aos 29/03/2019, registrada na JUCESP sob o nº 428.417/19-0, aos 09/08/2019, e AGE realizada em 21/01/2020, registrada na JUCESP sob nº 194.106/20-2, aos 03/06/2020, arquivadas nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; 2) ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A., com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nºs 740, torre B, 2º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 08.816.067/0001-00, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 283.076/20-3, aos 31/07/2020, que fica arquivado neste Tabelião na pasta 41/2021, e a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 28/01/2022, autenticidade 165587674, que fica arquivado neste Tabelião na pasta 190/2022, neste ato representada de acordo com o artigo 9°, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, acima qualificados, eleitos conforme AGE anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na





R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP Fone: 11-2174-6858

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos Sanches Silva, em quinta-feira, 8 de setembro de 2022 15:05:57 GMT-03:00, CNS: 11:334-0 - 3º TABELIÃO DE NOTAS DE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

representação; 3) PORTO SEGURO PROTEÇÃO E MONITORAMENTO LTDA, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, torre B, 2º andar, lado B, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 02.340.041/0001-52, com seu contrato social consolidado em 01/02/2020, registrado na JUCESP sob nº 173.497/21-4 aos 20/04/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 821/2022, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10^a, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, Srs. LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, acima qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula de citada consolidação, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.091.996/0001-16, com seu estatuto social consolidado registrado na JUCESP sob nº 545.701/21-1 aos/12/11/2021, que fica arquivado neste Tabelião na pasta nº 79/2022, junto da ficha cadastral emitida aos 20/01/2021 autenticidade 165063215, com sede nesta Capital, na Avenida Rio Branco, nº 1448, Térreo, Campos Elíseos, São Paulo/SP, neste ato representada de acordo com a cláusula 9º, § 3º do referido estatuto social por seus Diretores Srs. LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, acima qualificados, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; 5) PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A., sociedade com sede nesta Capital, na Rua Guaianases, nº 1238, 8º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.540.010/0001-70, com seu Estatuto Social consolidado, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/04/2021, registrado na JUCESP sob nº 244.660/21-9 aos 26/05/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 808/2022, junto da Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 13/05/2022, autenticidade 171477660, neste ato representada de acordo com artigo 6°, § 4° do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, acima qualificados, eleitos através da AGOE acima mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação, e 6) PORTO SEGURO - SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, sociedade com sede nesta Capital, na Avenida Rio Branco, nº 1489, 9º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 00.568.696/0001-57, com seu contrato social consolidado em 01/12/2021, registrado na JUCESP sob nº 031.488/22-5 aos 18/01/2022, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 804/2022, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 12/05/2022, autenticidade 171433462, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, anteriormente qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação. Os presentes capazes, e face a documentação apresentada, foram identificados como os próprios por mim Escrevente, do que dou fé. E perante mim, pelas OUTORGANTES, na forma representadas, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem

autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo Sua de agosto de 2001. nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 SÃO PAULO/SP,

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos

8 de setembro de 2022 15:05:57 GMT-03:00.

em quinta-feira,

Sanches Silva,

9° TABELIAO DE NOTAS SÃO PAULO - SP COMARCA DE SÃO PAULO **PAULO ROBERTO FERNANDES**



seus bastantes procuradores os Srs. EMERSON PINHEIRO VALENTIM, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 176.684.738-23; NEIDE OLIVEIRA SOUZA, brasileira, solteira, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.543.390-8-SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 205.408.568-51; ROBERTO DE SOUZA DIAS, brasileiro, divorciado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.304.552-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 115.838.468-83, estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, torre A, 2º andar, Campos Elíseos; ANGELO AUGUSTO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.142.418-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 108.762.208-55; RENATO HENRIQUE PINTO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.641.713 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 359.649.998-40; ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.916.899-2 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 226.772.278-00; VICTOR HUGO ROMIO, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.725.337 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 213.081.258-95, e MARCIO LEANDRO PIRES VIEGAS, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7049807998 SESP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 678.648.640-15, todos com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP nº 01216-012, aos quais conferem poderes especiais e específicos para, SEMPRE EM CONJUNTO COM UM DIRETOR DA OUTORGANTE OU COM OUTRO PROCURADOR INVESTIDO DE IGUAIS E EXPRESSOS PODERES, representá-las perante quaisquer empresas estatais e privadas, Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, bem como quaisquer outros Órgãos da Administração Pública em geral, requerendo, promovendo e assinando tudo o que for de interesse das Outorgantes para participação e formalização de processos licitatórios, podendo para tanto formular ofertas e lances de preços, realizar credenciamentos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive negociar e firmar contratos relativos aos processos licitatórios; apresentar defesas, recursos e impugnações nos respectivos processos licitatório; emissão de cartas propostas e declarações, bem como quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes aqui outorgados. Pelas outorgantes, por seus representantes, foi-me dito mais que: a) aceitam e concordam com a presente tal qual está redigido e lavrado, e que o fazem sem reservas e sem incorrer em erro, dolo, coação, fraude, má-fé ou outro vício do consentimento; b) leram e que foi lido o conteúdo deste ato; c) compreenderam inteiramente o teor do ato que representa fielmente a sua vontade; d) não têm dúvidas sobre os efeitos do ato e suas consequências, em relação às quais anuem integralmente. O PRESENTE MANDATO PODERA SER SUBSTABELECIDO, NO TODO OU EM PARTE, DESDE QUE COM RESERVA DE IGUAIS PODERES PARA SI, E TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA. O Outorgado ora constituído fica ciente de que ao se desligar do Conglomerado Porto Seguro do qual faz parte, não





O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos Sanches Silva, em quinta-feira, 8 de setembro de 2022 15:05:57 GMT-03:00, CNS: 11:334-0 - 3º TABELIÃO DE NOTAS DE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

mais poderá exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive responsável por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados. Assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes lavrei o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, aceitam, outorgam e assinam. Eu, (a) TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO, Escrevente autorizada, a lavrei. Eu, (a) RENATO HODLICH FIGUEIREDO, Tabelião Substituto a subscrevo e assino. (a.) RENATO HODLICH FIGUEIREDO //// LENE ARAÚJO DE LIMA //// ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES //// Nada mais: Trasladada na mesma data, dou fé, Eu.

(Renato Hodlich Figueiredo) Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.

DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS

Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES TABELIÃO

> Bel. JOSÉ SOLON NETO TABELIÃO SUBSTITUTO

Bel, AIRTON FERNANDO POLETTO TABELIÃO SUBSTITUTO

> Bel. DONALDO FOGAROLI TABELIÃO SUBSTITUTO

RENATO HODLICH FIGUEIREDO TABELIÃO SUBSTITUTO

ROGÉRIO APARECIDO ALVES DA CRUZ TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Marconi, 124 - S. Paulo

CARTORIO DE NOTAS DA APITAUSP HODUCH FIGUEIREDO HODUCH Substituto



Confira à procedência deste documento, efetue a leitura do QR-Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: https://selodigital.tjsp.jus.br

Recibo: 220539 Selo Digital: 1137871PR000000001841622M

Emolumentos R\$ 487.84. Estado R\$ 138,64. Sefaz R\$ 94,90. Reg. CIVII R\$ 25,68. TJSP R\$ 33,48. Santa Casa R\$ 4,90. ISS R\$ 10,38. MP R\$ 23,42. Total R\$ 819,24.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos Sanches Silva, em quinta-feira, 18 de agosto de 2022 11:17:14 GMT-03:00, CNS: 11:334-0 - 3º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 M ATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DE ABERTURA 09/02/1966		
NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COM PA	ANHIA DE SEGUROS GERAIS					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *********						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 65.12-0-00 - Sociedade	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL seguradora de seguros nã	o vida				
	AIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Seguradora de seguros vid	la				
código e descrição da natu 205-4 - Sociedade Anô i						
OGRADOURO AV RIO BRANCO		NÚMERO 1489	1 1			
01.205-001	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO)		UF SP	
ENDEREÇO ELETRÔNICO ARQ.EXP@PORTOSEGU	RO.COM.BR	TELEFONE (11) 2393-67	TELEFONE (11) 2393-6762			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV *****	EL (EFR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA DATA DA SITUAÇ 03/11/2005						
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTI	RAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL				NTA DA SITUAÇÃO ESP	ECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB $n^{\rm o}$ 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/01/2024 às 13:46:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n^{o} 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:30:13 do dia 17/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/07/2024.

Código de controle da certidão: **3516.8467.0185.B992** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60

Razão Social:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO

PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/01/2024 a 15/02/2024

Certificação Número: 2024011707281965981930

Informação obtida em 31/01/2024 14:06:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.198.164/0001-60 Certidão nº: 7239567/2024

Expedição: 31/01/2024, às 13:48:58

Validade: 29/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0069632 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 18/01/2024 Validade: 16/07/2024

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.992.228-6- Inicio atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 29/08/2023)

CCM 3.992.225-1- Inicio atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 3.992.218-9- Inicio atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 3.992.220-0- Inicio atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)

CCM 3.992.223-5- Inicio atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 3.992.219-7- Inicio atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003 - Cancelado em: 25/08/2023)

CCM 1.204.467-9- Inicio atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)

CCM 8.258.319-6- Inicio atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 4.464.247-4- Inicio atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)

CCM 5.610.121-0- Inicio atv :02/01/2017 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00653 - CEP: 01216-012)

CCM 6.951.415-1- Inicio atv :25/05/2021 (AL NOTHMANN, 316 - CEP: 01216-000)

CCM 2.006.668-6- Inicio atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 2.426.705-8- Inicio atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.660.535-9- Inicio atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)

CCM 3.414.141-3- Inicio atv :27/04/2005 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 2.240.455-4- Inicio atv :29/04/1993 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)

CCM 9.713.239-0- Inicio atv :31/01/1990 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)

CCM 9.566.847-0- Inicio atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.566.850-0- Inicio atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 2.103.343-9- Inicio atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 14:04:26 horas do dia 31/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.713.176-8- Inicio atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)

CCM 9.713.175-0- Inicio atv :31/01/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 3.722.285-6- Inicio atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)

CCM 9.772.192-1- Inicio atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)

CCM 9.796.356-9- Inicio atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 - Cancelado em: 11/05/2021)

CCM 2.424.702-2- Inicio atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)

CCM 9.412.797-2- Inicio atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)

CCM 2.196.364-9- Inicio atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 2.196.358-4- Inicio atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)

CCM 9.403.257-2- Inicio atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 • CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 9.507.503-8- Inicio atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001)

CCM 9.511.680-0- Inicio atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)

CCM 2.024.555-6- Inicio atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)

CCM 2.031.982-7- Inicio atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 - Cancelado em: 11/05/2021)

CCM 2.420.487-0- Inicio atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)

CCM 9.545.153-6- Inicio atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 9.550.197-5- Inicio atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)

CCM 9.550.192-4- Inicio atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 2.243.010-5- Inicio atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)

CCM 2.437.324-9- Inicio atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)

CCM 2.499.542-8- Inicio atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)

CCM 2.532.515-9- Inicio atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)

CCM 2.531.864-0- Inicio atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)

CCM 2.531.867-5- Inicio atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 17/08/2023)

CCM 2.531.869-1- Inicio atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011)

CCM 2.597.485-8- Inicio atv :30/04/1997 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 2.681.522-2- Inicio atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)

CCM 2.705.146-3- Inicio atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)

CCM 2.692.501-0- Inicio atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)

CCM 2.711.762-6- Inicio atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)

CCM 2.850.825-4- Inicio atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)

CCM 2.851.979-5- Inicio atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)

CCM 2.878.007-8- Inicio atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)

CCM 2.911.318-0- Inicio atv :09/05/2000 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-012)

CCM 2.924.848-5- Inicio atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 2.942.029-6- Inicio atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)

CCM 2.942.053-9- Inicio atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 14:04:26 horas do dia 31/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.005.872-4- Inicio atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 02/08/2019)

CCM 3.057.201-0- Inicio atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)

CCM 3.065.489-0- Inicio atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)

CCM 3.097.288-4- Inicio atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)

CCM 3.140.905-9- Inicio atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)

CCM 3.149.170-7- Inicio atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)

CCM 3.466.062-3- Inicio atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)

CCM 3.671.260-4- Inicio atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)

CCM 3.737.075-8- Inicio atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)

CCM 3.782.376-0- Inicio atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)

CCM 3.793.695-6- Inicio atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)

CCM 3.798.860-3- Inicio atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)

CCM 3.846.507-8- Inicio atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)

CCM 3.856.884-5- Inicio atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000 - Cancelado em: 21/08/2023)

CCM 3.886.857-1- Inicio atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)

CCM 3.910.998-4- Inicio atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)

CCM 3.967.729-0- Inicio atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 22/10/2021)

CCM 3.970.662-1- Inicio atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 3.994.203-1- Inicio atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 4.043.008-1- Inicio atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)

CCM 4.043.011-1- Inicio atv :16/03/2010 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 4.101.634-3- Inicio atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)

CCM 4.101.631-9- Inicio atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)

CCM 4.105.384-2- Inicio atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)

CCM 4.237.676-9- Inicio atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 4.237.670-0- Inicio atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 4.294.695-6- Inicio atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)

CCM 4.332.047-3- Inicio atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)

CCM 4.577.624-5- Inicio atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)

CCM 4.578.935-5- Inicio atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 4.599.172-3- Inicio atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 4.599.169-3- Inicio atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)

CCM 4.660.688-2- Inicio atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 4.685.191-7- Inicio atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-002)

CCM 4.719.551-7- Inicio atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)

CCM 6.443.965-8- Inicio atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 14:04:26 horas do dia 31/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.686.992-4- Inicio atv :22/12/2014 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003)

CCM 5.686.986-0- Inicio atv :22/01/2016 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 5.252.452-3- Inicio atv :08/05/2015 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 5.774.569-2- Inicio atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

CCM 5.483.272-1- Inicio atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)

CCM 6.437.282-0- Inicio atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)

CCM 6.530.316-4- Inicio atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)

CCM 6.438.562-0- Inicio atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)

CCM 6.438.561-2- Inicio atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA 2033, 2033 - CEP: 04029-901)

CCM 6.573.036-4- Inicio atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 21/08/2023)

CCM 9.324.577-7- Inicio atv :14/07/1986 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 9.324.581-5- Inicio atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: REGULAR. Certifico mais que constam débitos, com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 14:04:26 horas do dia 31/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4



ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CPEND Nº 0047362077

Finalidade: CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À

SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Data da emissão: **05/01/2024** Hora da emissão: **13:53:50**

Nome/denominação do sujeito passivo: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Não constatada ressalva.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CONSTAM NO SISTEMA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO ESTADO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, NOS TERMOS DO ART. 151 DO CTN:

61.198.164/0001-60 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Contribuinte com débito suspenso na Dívida Ativa

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços <u>www.sefaz.mt.gov.br</u> ou www.pge.mt.gov.br

Certidao válida até: 04/03/2024.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: TAMUMB22MAL2U29A



RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO, JUSTIFICATIVA DE PREÇO E ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2024 Dispensa de Licitação nº 001/2024

I - DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte- MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização da Demanda e no Termo de Referência.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Com a promulgação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi inaugurado no Brasil o novo marco das contratações públicas, o qual com base em seu artigo 194, a mesma está em vigor desde a sua publicação. Como é sabido, a regra geral das contratações públicas é o procedimento licitatório, o qual tem por objetivo a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Todavia, considerando o custo processual dos procedimentos licitatórios, e levando em consideração os princípios norteadores dos processos licitatórios, destacando o da razoabilidade, economicidade e celeridade, o legislador previu algumas hipóteses nas quais a licitação poderá ser dispensada. As hipóteses de dispensa de licitação estão previstas no capítulo de contratação direta, da Lei Federal nº 14.133/21, mais precisamente em seu artigo 75.

Entretanto, o artigo 72 do referido diploma legal, elenca os documentos necessários para a perfeita instrução processual da dita contratação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Para o caso em comento, a contratação direta será uma Dispensa de Licitação Por Valor com base no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, o qual prevê:

Art. 75. É dispensável a licitação:

{...}

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que, conforme previsto no artigo 182 da referida norma, os valores sofrerão atualização anual.

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Dessa forma, a última atualização dos valores foi realizada através do Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, passando o limite do inciso II do 75 a vigorar com o teto de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO (A) CONTRATADO (A)

O fornecedor a ser contratado será a empresa PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS – CNPJ: 61.198.164/0001-60, inscrita no CNPJ n° 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, n° 1.489, (Complemento: Rua Guaianases, n° 1.238), Campos Elíseos, São Paulo - SP, CEP n° 01.205-001.

O fornecedor acima foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e Endereço: Avenida Vitória, n.º 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT

CEP n.º 78.578-000 – Caixa Postal n.º 04 - E-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Site: https://www.ipirangadonorte.mt.leg.br/ - Fone: (66) 3588-1623



trabalhista; ofertou o menor preço dentre aqueles que participaram do procedimento e nos encaminharam propostas, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública, onde o mesmo atendeu todas as exigências solicitadas no Termo de Referência.

Ainda, é preciso salientar, que a prestação de serviços disponibilizados pela empresa supracitada é compatível e não apresenta divergência que venha influenciar na escolha, ficando esta vinculada a verificação da habilitação e de critérios do menor preço.

IV – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para a presente contratação, foi realizada a estimativa de preços através de orçamentos fornecidos por empresas do mesmo ramo de atuação e pesquisa realizada no Sistema Radar-TCE. Em análise dos orçamentos acostados nos autos do processo, observamos que os preços apresentados pela empresa escolhida estão compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme demonstra o mapa de preços comparativos.

O valor ofertado pela empresa é de R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), conforme orçamento de preço acostado aos autos.

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com o inciso II do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

V – DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

Os requisitos de Habilitação das contratações públicas como um todo estão previstos no artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

1

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Endereço: Avenida Vitória, n.º 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT CEP n.º 78.578-000 – Caixa Postal n.º 04 - E-mail: licitacaocm@ipirangadonorte.mt.leg.br Site: https://www.ipirangadonorte.mt.leg.br/ - Fone: (66) 3588-1623



Considerando tratar um serviço comum, sem alta complexidade, restou exigido habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista do (a) contratado (a).

Nesse viés, consta nos autos do processo toda a documentação apresentada pela empresa escolhida, onde fica demonstrada o atendimento a todos os requisitos exigidos na contratação, razão pela qual a empresa foi considerada apta a ser contratada.

VI - CONCLUSÃO

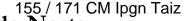
Em relação aos preços dos serviços pretendidos, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado da região, podendo a Administração contratá-la sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente a prestação dos serviços em questão, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, diante da análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Ipiranga do Norte/MT, 31 de Janeiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira

Agente de Contratação Portaria de Nomeação nº 005/2024



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04

THE ACADONOLISE
THE ACADONOLIS

Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO com base no Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21, e a vista do Parecer Jurídico nº 003/2024, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024, PROCESSO Nº 002/2024 — CMIN, com fundamento no Inciso I, do Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, para contratação da empresa PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, nº 1.489, (Complemento: Rua Guaianases, nº 1.238), Campos Elíseos, São Paulo - SP, CEP nº 01.205-001, pelo valor total de R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE- MT.

Ipiranga do Norte-MT, 31 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, s/nº - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 Fone/Fax: (66) 3588 1623

HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista as informações constantes dos autos do Processo Administrativo nº 002/2024, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, constatada a regularidade dos atos procedimentais, **HOMOLOGO** a presente Dispensa de Licitação e AUTORIZO a contratação a ser realizada com a empresa PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, nº 1.489, (Complemento: Rua Guaianases, nº 1.238), Campos Elíseos, São Paulo - SP, CEP nº 01.205-001, nos termos descritos na **Dispensa** nº 001/2024 - CMIN, pelo valor total de R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT.

Publique-se,

Ipiranga do Norte-MT, 31 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte



Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3266

Página 32

Divulgação quinta-feira, 01 de fevereiro de 2024

Publicação sexta-feira, 02 de fevereiro de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EDITAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 001-2024 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 002-2024

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista as informações constantes dos autos do Processo Administrativo nº 002/2024, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, constatada a regularidade dos atos procedimentais, HOMOLOGO a presente Dispensa de Licitação e AUTORIZO a contratação a ser realizada com a empresa PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, nº 1.489, (Complemento: Rua Guaianases, nº 1.238), Campos Elíseos, São Paulo - SP, CEP nº 01.205-001, nos termos descritos na Dispensa nº 001/2024 - CMIN, pelo valor total de R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT. Publique-se.

Ipiranga do Norte-MT, 31 de Janeiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PORTARIA

PORTARIA N. 08, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

PORTARIA N. 08, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

Coloca à disposição da população luverdense as Contas Anuais do Exercício Financeiro de 2023 da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde-MT.

A Presidente da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Lucas do Rio Verde e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal;

Considerando o atendimento das determinações legais e das normas que regem o ordenamento jurídico e a contabilidade pública brasileira;

Considerando a necessidade de promover a transparência dos atos praticados no Poder Legislativo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da população luverdense, a partir desta data, as Contas Anuais do Exercício de 2023 da Câmara de Vereadores, pelo prazo legal, para fiscalização e análise, conforme preceitua o Art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Art. 2º As Contas Anuais do Exercício de 2023, descrita no artigo 1º, encontram-se a disposição do público no site www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br, no link portal transparência, e durante o horário de expediente, das 07h às 13h, nas dependência da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde-MT.

Lucas do Rio Verde-MT, Edifício Carlos Krieger Girotto, Palácio do Cidadão, 30 de janeiro de 2024.

SANDRA REGINA PRIMÃO BARZOTTO

Presidente

Registre-se e Publique-se Data Supra ORIGINAL ASSINADA

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

ATO

RESUMO DE CONTRATO



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CNPJ 07.221.699/0001-69

Av. Vitória, 972, Centro, Ipiranga do Norte - MT - (66) 3588 - 1623 - legipiranga@outlook.com

NOTA DE EMPENHO Nº: 43/2024

Tipo do empenho:

Ordinário

Data de contabilização:

02/02/2024

Competência:

DESTINO DOS RECURSOS

Complemento ao empenho:

23/2024 002/2024 Processo de compra:

Licitação dispensável Presencial - 1/2024

ARP:

Contrato:

1/2024 - Prestação de Serviço

Repasse:

Convênio: -

Processo/protocolo:

Pré-empenho:

Apenso:

Programa: Dívida fundada:

Adiantamento: Não

Obra:

ORIGEM DOS RECURSOS

Recursos orçamentários:

Crédito orçamentário ou Suplementar 13 - 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.1.500.0000000

Dotação: Órgão:

01 - Camara Municipal 01.001 - Camara Municipal

Unidade orçamentária: Função de governo: Subfunção de governo:

01 - Legislativa 031 - Ação legislativa

Programa:

0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade (Ação):

2001 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A CAMARA MUNICIPAL

Elemento de despesa:

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento:

69 - Seguros em Geral

Fonte de recursos:

1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Classificação da despesa:

Fornecedores

FAVORECIDO

Credor:

755 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ:

61.198.164/0001-60

Endereço:

AV RIO BRANCO - Nº .: 1489

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Cidade:

SÃO PAULO-SP

Conta:

Banco: Email:

solicitacoes.societario@portoseguro.com.br

Telefone:

(11) 23936762

Especificação da despesa:

VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE A CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEICULOS, COM FRANQUIA BASICA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), ETC, VIGENCIA ATE 02/02/2025

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO

Saldo anterior:

R\$ 223,779,83

Valor empenhado: R\$ 4.036,46

Agência:

Saldo atual:

R\$ 219.743,37

Valor por extenso: QUATRO MIL TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS

CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

A despesa foi empenhada na importância de R\$ 4.036,46 conforme comprovantes.

IPIRANGA DO NORTE - MT, 2 de Fevereiro de 2024

ROGERIO DO CARMO GABRIEL

PRESIDENTE

LARISSA ZIELINSKI CONTADORA CRC-018886/O-1 **ELUIR CAVASSIN** SECRETARIO

Incluído por: JEFERSON REICHERT



CONTRATO N° 001/2024 - CMIN

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 EMPENHO N° 43/2024

> CONTRATO N° 001/2024 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE E A EMPRESA PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS, TENDO COMO OBJETO **EMPRESA** CONTRATAÇÃO DE A **ESPECIALIZADA** NA **PRESTACÃO** SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA CORPORAIS), MORTE (DANOS DC ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, **ASSISTÊNCIA** 24 **HORAS** (BÁSICA), COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE- MT.

A Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.221.699/0001-69, sediada em Ipiranga do Norte - MT, à Avenida Vitória, nº 972, Centro, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, Sr. Rogerio do Carmo Gabriel, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Camburiu, Centro, nº 521, no Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com endereço na Av. Rio Branco, nº 1.489, (Complemento: Rua Guaianases, nº 1.238), Campos Elíseos, São Paulo - SP, CEP nº 01.205-001, representada neste ato, pela Sra. Neide Oliveira Souza, brasileira, solteira, securitária, portadora da cédula de identidade – RG de nº XX.XXX.XXX-X devidamente inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 002/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Cód TCE	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	261632-7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM FRANQUIA REDUZIDA, COBERTURA DE DM (DANOS MATERIAIS), DANOS MORAIS, COBERTURA DE DC (DANOS CORPORAIS), MORTE ACIDENTAL, INVALIDEZ PERMANENTE, ASSISTÊNCIA 24 HORAS (BÁSICA), E COBERTURA DE ROUBO, FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, VIDROS, FARÓIS E LANTERNAS PARA ASSEGURAR VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTEMT.	Unidade	01	R\$ 4.036,46	R\$ 4.036,46



100% Fipe; Danos	Materiais					
- R\$ 300.000,00	0; Danos					
Corporais - R\$ 30	00.000,00;					
Danos Morai	s R\$					
150.000,00; Acid	. Pes. de					
Ocupantes -	Morte					
Acidental - R\$ 5	50.000,00;					
Acid. Pes. Ocu	ipantes -					
Invalidez Permano						
50.000,00;	Vidros,					
assistência 24 hora	as (básica)					
e Cobertura de	guincho,					
carro reserva, troca	a de pneu,					
carga de bateria, t	taxi, hotel					
lanternas,	faróis,					
retrovisores, chave	eiro,					
Parabrisa	dianteiro,					
Parabrisa traseiro	o, vidros,					
pane seca.						
Valor Total R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos)						

- Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.

- 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação;
- 2.2. O CONTRATADO deverá realizar a prestação de serviços dentro da vigência contratual e cumprimento do cronograma fixado pela CONTRATANTE.
- 2.3. Ao CONTRATADO será facultado pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer interrupção do fornecimento, determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
- a) falta de produtos em esfera nacional para o andamento dos trabalhos;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar tais entregas no interesse da Administração.
- 2.4. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.
- 2.5. As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução contratual, o modelo de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orcamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Entre as obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras que sejam elementares do tipo, estão:
- 8.1.1 Efetuar o pagamento do Serviço solicitado de acordo com o Termo de Referência;
- 8.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;



- 8.1.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 8.1.4. Documentar as ocorrências que comprometam a qualidade dos Serviços Prestados;
- 8.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado que esteja fora das especificações apresentadas nesse Termo de Referência e proposta apresentada;
- 8.1.7. Emitir pareceres sobre os atos relativos à qualidade dos serviços, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 8.1.8. Efetuar o aceite, considerando o valor resultante do bem, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.9. Aplicar à Contratada, penalidades, quando for o caso;
- 8.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado;
- 8.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

- 9.1. O CONTRATADO (A) deverá disponibilizar o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para o veículo segurado, com cobertura de remoção de veículos e passageiros, compreendendo serviços de reboque, guincho ou outro tipo de remoção que se faça necessária em todo território Nacional.
- 9.2. A seguradora devera cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até oficinas credenciadas para prestarem os serviços, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:
- 9.2.1. Colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- 9.2.2. Queda acidental em precipícios ou de pontes.
- 9.2.3. Raio e suas consequências, incêndios ou explosão acidentais;
- 9.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado.
- 9.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e / ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 9.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações;
- 9.2.7. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;
- 9.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 9.2.9. Atos danosos praticados por terceiros;
- 9.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- 9.2.11. Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane;
- 9.2.12. Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;
- 9.2.13. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a CONTRATANTE;



- 9.2.14. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela CONTRATANTE, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma hora), contada a partir do recebimento da comunicação pelo CONTRATADO (A), indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução;
- 9.2.15. Autorizar a realização dos reparos necessários, em relação ao veículo segurado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da comunicação da CONTRATANTE;
- 9.2.16. Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da entrega, de toda documentação exigida por esta no Contrato;
- 9.2.17. Fornecer, em relação ao veículo, manual ou documento equivalente contendo as informações relativas à regulamentação do seguro contratado;
- 9.2.18. Fornecer cartão individualizado de identificação para o veículo, contendo as informações necessárias para atendimento;
- 9.2.19. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 9.2.20. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes a prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 9.2.21. O (A) CONTRATADO (A) deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo;
- 9.2.22. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.2.23. O (A) CONTRATADO (A) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.2.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurando e seus ocupantes, em situações de emergência e serão:
- 9.2.24.1. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
- 9.2.24.2. Reboque do veículo ilimitado;
- 9.2.24.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 9.2.24.4. Serviços de chaveiro.
- 9.2.24.5. Envio de combustível.
- 9.2.24.6. Remoção para hospital ou domicilio do segurado por lesão.
- 9.2.24.7. Serviço de despachante.
- 9.3. O (A) CONTRATADO (A) é responsável por fornecer o boleto de pagamento para pagamento da franquia caso seja acionada o seguro. Quando não o fizer deverá encaminhar o boleto de pagamento ou Nota fiscal eletrônica da empresa prestadora do serviço.
- 8.4. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do serviço.
- 8.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.



CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - IV) Multa Compensatória, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15
 - (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos



na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 12.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.



13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 339039.69 Seguros em geral
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sorriso-MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Ipiranga do Norte-MT, 02 de fevereiro de 2024.



CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CNPJ N.º 07.221.699/0001-69 ROGERIO DO CARMO GABRIEL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL CONTRATANTE

PORTO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ N.º 61.198.164/0001-60 NEIDE OLIVEIRA SOUZA REPRESENTANTE CONTRATADA



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, nº 972 - Centro – Caixa Postal 04 Ipiranga do Norte/MT – CEP 78.578-000 CNPJ: 07.221.699/0001-69 Fone/Fax: (66) 3588 1623/1893

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2024

CONTRATO Nº: 001/2024;

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, CNPJ nº

07.221.699/001-69;

CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ nº

61.198.164/0001-60;

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2024;

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato;

VALOR TOTAL: R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis

centavos);

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, nos termos do Processo Administrativo nº 002/2024; Dispensa n° 001/2024.

Ipiranga do Norte-MT, 06 de fevereiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte





Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 13 N° 3270

Página 37

Divulgação quarta-feira, 07 de fevereiro de 2024

Publicação quinta-feira, 08 de fevereiro de 2024

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Agente de Contratação da Câmara Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria nº 004/2022, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação nº 001/2024, visando a contratação de serviço de jardinagem e limpeza e conservação das calçadas das calçadas da Câmara Municipal de Feliz Natal-MT.

FAVORECIDO: ERISVAN ARAUJO LIMA84727446391

VALOR GLOBAL: R\$ 14.160,00 (Quatorze mil, cento e sessenta reais)

PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 12 (doze) meses

PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021

Declaração de Dispensa emitida pela Agente de Contração Nádia Augusta Korb e ratificada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Odenílio

Moreira de Sousa

Feliz Natal - MT, 30 de janeiro de 2024.

NÁDIA AUGUSTA KORB AGENTE DE CONTRATAÇÃO Portaria nº 004/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2024

CONTRATO Nº: 001/2024;

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, CNPJ n° 07.221.699/001-69; CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ n° 61.198.164/0001-60;

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2024;

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato;

VALOR TOTAL: R\$ 4.036,46 (quatro mil e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos);

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos no ramo de seguro de veículos, com franquia reduzida, cobertura de dm (danos materiais), danos morais, cobertura de dc (danos corporais), morte acidental, invalidez permanente, assistência 24 horas (básica), e cobertura de roubo, furto, colisão, incêndio, vidros, faróis e lanternas para assegurar veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, nos termos do Processo Administrativo nº 002/2024; Dispensa nº 001/2024.

Ipiranga do Norte-MT, 06 de fevereiro de 2024.

Rogerio do Carmo Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 002/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Juara - Estado de Mato Grosso, Senhora Sandy de Paula Alves Mainardes, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar, os demonstrativos em conformidade com a Lei 4.320/64, do BALANÇO GERAL ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2023, atendendo a determinação do "caput" do artigo 209 da Constituição Estadual.

Juara-MT, 06 de Fevereiro de 2024.